

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

CNPJ/MF Nº 22.677.520/0001-76

NIRE 3130003731-2

Companhia Aberta

Montes Claros, 13 de fevereiro de 2025

Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS (“Companhia”) submete à apreciação de Vossas Senhorias seu Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2023. Tais demonstrações, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), bem como com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas expedidas pela CVM, vêm acompanhadas por parecer dos Auditores Independentes.

Recuperação Judicial

Em 8 de maio de 2024 - A SGPSA e suas controladas comunicaram ao mercado que receberam, no final da semana anterior, notificação enviada por Odernes Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“ODERNES”) para elas, a controlada indireta CSA e outras empresas do grupo, em que alegou vencimento antecipado da dívida representada pelas debêntures emitidas pela controlada indireta AMMO em 30 de maio de 2022 e como suposta consequência do vencimento antecipado, ODERNES pretende excutir as ações de emissão da controlada indireta AMMO, de titularidade da controlada indireta CSA e ainda que sejam transferidas em seguida a totalidade dessas ações para a empresa Jericoacoara Participações S.A. por valor irrisório.

A controlada indireta CSA, por sua vez, contranotificou ODERNES informando não terem se configurado o vencimento antecipado da dívida representada pelas Debêntures, muito menos a possibilidade de serem excutidas as ações da controlada indireta AMMO ou a transferência de tais ações para qualquer outra empresa.

Adicionalmente, conforme já amplamente informado, desde o fim da pandemia, as Companhias vêm tendo seus negócios negativamente impactados pela combinação de fatores adversos que acarretaram dificuldades financeiras.

Neste contexto, com o objetivo de garantir a preservação das atividades empresariais e de ativos da Companhia e suas controladas, que ficariam sujeitas a dano irreparável, as Companhias obtiveram deferimento, em sede liminar, do pedido de recuperação judicial, para si e outras empresas do grupo.

Em 26 de julho de 2024, após procedimento de constatação prévia, foi deferido o processamento da Recuperação Judicial em despacho de 25 de julho de 2024.

O quadro abaixo demonstra a composição dos passivos da Companhia incluídos no pedido de Recuperação Judicial, avaliados na data do pedido:

Classe de crédito (lei 11.101/2005)	Controladora	Consolidado
Trabalhista	1.723	128.076
Garantia Real	-	379.063
Quirografário	2.479	538.094
ME e EPP	-	10.733
Não sujeito	10.418	667.850
Fiscal	8.619	506.100
	-----	-----
	23.239	2.229.916
	=====	=====

Em 26 de setembro de 2024, a Companhia e demais empresas do Grupo apresentaram seu Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") nos autos do respectivo processo e conforme art. 53 da Lei nº 11.101/2005. As principais

medidas previstas no PRJ envolvem: (i) reestruturação do passivo das companhias, (ii) alienação de bens e constituição de unidades produtivas isoladas, (iii) distribuição aos Credores de parte dos resultados líquidos auferidos na venda de ativos e unidades produtivas isoladas; (iv) possibilidade de captação de novos recursos pelas companhias para a implementação da retomada operacional; e (v) a preservação de investimentos essenciais para a manutenção das atividades das companhias, além da (vi) criação de fundo de investimento imobiliário (FII) para fins de dação em pagamento das respectivas cotas para fins de pagamento de parte dos credores.

A Companhia vem avançando nas negociações com seus credores e providenciando os documentos relacionados ao seu PRJ no intuito de possível realização da assembleia geral de credores (“AGC”) em 2025. No entanto, até a divulgação destas demonstrações financeiras, os termos finais do PRJ, assim como de eventuais acordos de apoio ao plano, entre a Companhia e seus principais credores financeiros, ainda se encontram em tratativas.

Sobre a Companhia

A Companhia de Tecidos Norte de Minas- COTEMINAS (“Companhia”) é uma companhia aberta sediada em Montes Claros – MG e que tem por objeto social a produção e a comercialização de fios e tecidos em geral, importação e exportação, podendo participar do capital de outras empresas e adquirir títulos negociáveis no mercado de capitais. As ações da Companhia são negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) sob os códigos “CTNM3” e “CTNM4”.

A Companhia controla duas empresas que atuam no setor têxtil.

Springs Global Participações S.A., que por sua vez, é controladora da Coteminas S.A. e da Springs Global US, Inc., companhias que concentram as atividades industriais na área de artigos de cama e banho. Em 2009, a SGPSA iniciou as atividades varejo de cama, mesa e banho, operando sob a marca MMartan e em 2011 sob a marca Artex que comercializam produtos de cama, mesa e banho através da rede de varejos, administradas pela controlada AMMO Varejo Ltda.

Companhia Tecidos Santanense, tem por objeto social a indústria têxtil; atividades afins; confecção e comercialização de produtos para o vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPI, destinados à segurança do trabalho.

Springs Global Participações S.A.

A Springs Global apresentou, no ano de 2023, receita líquida consolidada de R\$ 686,4 milhões, com decréscimo de 43,6% em relação ao ano de 2022, com margem bruta de 1,5%.

Houve redução das operações em 2023, com paradas programadas nas unidades fabris, resultando em custo de ociosidade igual a R\$ 221,4 milhões.

O lucro bruto totalizou R\$ 10,4 milhões em 2023, com redução de R\$ 152,3 milhões, ou 93,6%, entre anos. A geração de caixa, excluindo itens não recorrentes, medida pelo EBITDA ajustado, alcançou R\$ 325,8 milhões negativo, com margem EBITDA ajustado de -47,5%. O prejuízo totalizou R\$ 1,1 bilhão.

Companhia de Tecidos Santanense

A receita líquida de vendas em 2023 atingiu R\$ 100,1 milhões, com redução 75,6% entre anos, devido a menores volumes vendidos, com margem bruta negativa de -30,3% em 2023 (margem bruta de 8,7% em 2022).

O resultado operacional foi negativo em R\$ 67,7 milhões em 2023, enquanto que em 2022 foi positivo em R\$ 24,4 milhões. O resultado operacional em 2023 foi afetado principalmente pelo aumento do custo de ociosidade. O resultado financeiro líquido em 2023 foi uma despesa de R\$ 26,9 milhões, enquanto que em 2022 foi uma despesa de R\$ 34,5 milhões.

Recursos Humanos

No final de 2023, tínhamos 5.603 colaboradores diretos, dos quais 5.081 no Brasil e 522 no exterior, ante 8.859 no final de 2022. A variação do número de colaboradores, entre anos, está relacionada principalmente à reestruturação

do plano de negócios de suas controladas e acordos com os sindicatos dos trabalhadores para redução do quadro de funcionários.

Relacionamento com auditores independentes

Em 2023, a Companhia não contratou nenhum outro serviço de auditores independentes que não os relacionados aos trabalhos de auditoria.

Mercado de Capitais

O preço de fechamento das ações ordinárias e preferencias da Companhia, negociada na B3 sob os códigos CTNM3 e CTNM4, respectivamente, foram iguais a R\$ 7,90 e R\$ 1,60, com valorização de 67,7% e desvalorização de 10,6%, respectivamente, em relação ao preço de fechamento do ano de 2022.

Estrutura acionária

No início e no final de 2023, o capital social da Companhia era constituído de 16.723.657 ações preferenciais e 13.912.800 ações ordinárias.

Em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Companhia, realizada em 12 de julho de 2024, foi aprovado o grupamento da totalidade de ações de emissão da Companhia na proporção de 5 ações para 1 ação da mesma espécie sem modificação do valor de seu capital social.

Agradecimentos

Cumpre-nos apresentar agradecimentos aos clientes, aos colaboradores, aos fornecedores, aos acionistas, às entidades financeiras, às excelentíssimas autoridades, às entidades de classe, e a todos os que contribuiram, direta ou indiretamente, para a consecução dos nossos objetivos estratégicos e sociais.

A Administração.

**Companhia de Tecidos Norte de Minas
COTEMINAS**

(em recuperação judicial)

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
acompanhadas do Relatório do Auditor Independente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos:

Acionistas e Administradores da

Companhia de Tecidos Norte de Minas-COTEMINAS (Em Recuperação Judicial)

Montes Claros – MG

1. Introdução

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, da Companhia de Tecidos Norte de Minas-COTEMINAS - em Recuperação Judicial ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Não expressamos opinião sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, acima referidas da Companhia de Tecidos Norte de Minas-COTEMINAS - em Recuperação Judicial, pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

2. Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

a. Plano de Recuperação Judicial, valor recuperável de ativos, liquidação de passivos e continuidade operacional

Conforme mencionado na Nota Explicativas nº 1 às demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, em 6 de maio de 2024, a Companhia, juntamente com outras empresas do Grupo, entraram com pedido de Recuperação Judicial, que foi deferido em 25 de julho de 2024 pelo juízo da 2ª Vara Empresarial da Comarca de Belo Horizonte ("Juízo"), nos termos da Lei nº 11.101/2005, sendo que até a emissão desse relatório a Administração da Companhia protocolou em Juízo o Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") em 26 de setembro de 2024, e aguarda a sua homologação pelo Juízo, para ser então apreciado pela Assembleia Geral de Credores.

Nesse contexto de incertezas significativas quanto à continuidade operacional da Companhia e de suas controladas, decorrente dos fatores acima mencionados, as quais podem afetar significativamente a sua capacidade de investimentos e de endividamentos, a pervasividade dos reflexos na elaboração das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, sobre os seguintes aspectos quando do futuro reconhecimento dos efeitos, se houver do PRJ, por: Realização de ativos e de liquidação de passivos, inclusive de partes relacionadas; Redução ao valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis; e Ajustes nos passivos correspondentes a empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores e outros passivos.

Isto posto, não nos foi possível concluir e opinar se a utilização do pressuposto de continuidade operacional pela Companhia e por suas controladas é apropriado e nem determinar os eventuais efeitos nos saldos dos ativos, passivos e do patrimônio líquido sobre as suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

b. Parcelamentos tributários - não reclassificação contábil

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 21.d, a Companhia e as controladas direta e indiretas, em recuperação judicial, Companhia de Tecidos Santanense (CTS), Coteminas S.A. (CSA) e AMMO Varejo S.A. (AMMO) os seus parcelamentos tributários foram rescindidos pelas respectivas autoridades tributárias, o que resultaria em uma reclassificação contábil do passivo não circulante para o passivo circulante no valor de R\$350.858 mil nas demonstrações financeiras consolidadas, que não fora efetuada em 31 de dezembro de 2023, uma vez que a sua Administração em conjunto com seus assessores legais está planejando obter um novo financiamento tributário. Sendo assim, o saldo contábil de impostos devidos e parcelamentos demonstrado no passivo não circulante está a maior por R\$350.858 mil, e contrariamente o passivo circulante está apresentado a menor nesse valor e nessa data.

c. Limitações

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, pelos motivos a seguir expostos, nós também não conseguimos concluir e opinar sobre os saldos consolidados refletidos na Companhia nessa data, uma vez que os auditores independentes das controladas diretas e indireta Springs Global Participações S.A. (SGPSA), CSA, AMMO e CTS, reportaram que não tiveram acesso a documentação apropriada e suficiente de auditoria para os itens e rubricas a seguir descritas:

- (i) Não obtenção de todas as confirmações de circularizações externas de instituições financeiras das Companhias CTS, CSA, AMMO e da Lat Capital Ltd. e dos assessores jurídicos das Companhias CTS e da CSA. Os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2023 que foram impactados por essa limitação são: Caixa e equivalentes de caixa - R\$67.044 mil; Títulos e valores mobiliários - R\$26.728 e R\$8.632 mil (circulante e não circulante); Depósitos judiciais - R\$28.704 mil; Empréstimos e financiamentos a pagar - R\$898.202 mil e R\$89.950 mil (circulante e não circulante); Debêntures a pagar - R\$373.220 mil; e Provisões diversas - riscos e demandas judiciais - R\$112.467 mil;

- (ii) Não recebimento da totalidade das documentações suportes dos Estoques, Custos dos produtos vendidos e dos Custos de ociosidade fabril e outros das Companhias CTS e CSA, para que fossem auditadas, cujos saldos contábeis consolidados do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 são de R\$269.262 mil, R\$506.744 mil e R\$287.755 mil, respectivamente.
- (iii) Não recebimento das conciliações contábeis e da totalidade das documentações suportes da rubrica Obrigações sociais e trabalhistas das Companhias CTS, CSA e da AMMO, para que fossem auditadas, cujos saldos contábeis consolidados em 31 de dezembro de 2023 são de R\$138.751 mil.
- (iv) Foram emitidos relatórios de auditoria por outros auditores com abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 das controladas direta e indiretas, ambas em recuperação judicial - SGPSA, CSA, AMMO e CTS em 24/01/2025, 24/01/2025, 24/01/2025 e 02/12/2024, respectivamente, motivados pelos assuntos anteriormente descritos nos itens 2, bem como sobre os investimentos e obrigações mantidos por essas controladas direta e indiretas. Ainda, esses outros auditores independentes foram designados para a auditoria da controlada direta da Companhia Oxford Comércio e Participações S.A. para a citada data, que até a data de emissão nosso relatório de auditoria, o respectivo relatório deles não havia sido emitido. Sendo assim, não nos foi possível nessa data, nas circunstâncias, avaliar a razoabilidade do investimento no valor de R\$115.980 mil e da perda de equivalência patrimonial no valor de R\$50.658 mil.
- (v) Não foram auditadas as demonstrações financeiras da controlada direta da SGPSA Springs Global US, não lhes sendo possível, nas circunstâncias, avaliar a razoabilidade do investimento no valor de R\$202.729 mil e da perda de equivalência patrimonial no valor de R\$142.389 mil.

3. Outros assuntos

a. Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas-informação suplementar

Fomos contratados também para examinar, em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas da Companhia, as demonstrações, individuais e consolidadas, do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS. Todavia, em decorrência da relevância dos assuntos descritos na seção "Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas", também não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações, individuais e consolidadas, em relação às demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

4. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

5. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia e suas controladas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido dos assuntos descritos na seção intitulada "Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2025.



Luiz Claudio Fontes
Contador CRC 1RJ-032.470/O-9

RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-030.002/O-7 "S"-MG



RSM

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS – (em recuperação judicial)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

A T I V O S

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
CIRCULANTE:					
Caixa e equivalentes de caixa	3	923	351	67.044	253.803
Títulos e valores mobiliários	4	-	-	26.728	43.423
Duplicatas a receber	5	-	-	161.895	212.157
Arrendamentos financeiros a receber	12	-	-	15.687	16.661
Estoques	6.a	-	-	269.262	405.640
Adiantamentos a fornecedores	6.b	6	-	10.962	76.434
Impostos a recuperar	21.c	8.891	7.321	63.294	53.486
Valores a receber – clientes	7	478	478	10.785	9.171
Valores a receber - venda de investimento	8	-	45.875	-	45.875
Outros créditos a receber		4.773	9.581	11.008	11.939
Ativos mantidos para venda	9.a.2	-	13.920	-	13.920
		-----	-----	-----	-----
Total do ativo circulante		15.071	77.526	636.665	1.142.509
		-----	-----	-----	-----
NÃO CIRCULANTE:					
Realizável a longo prazo:					
Títulos e valores mobiliários	4	-	2.581	8.632	12.976
Valores a receber - clientes	7	-	-	3.466	16.135
Arrendamentos financeiros a receber	12	-	-	69.985	83.580
Impostos a recuperar	21.c	12.819	12.819	59.661	52.281
Impostos diferidos	21.b	-	-	38.122	54.431
Partes relacionadas	20	363.583	351.207	238.709	223.071
Imobilizado disponível para venda	11.b	616	-	27.686	23.910
Depósitos judiciais	22	8.170	8.349	28.704	25.921
Outros créditos e valores a receber		40.719	240	78.443	63.652
		-----	-----	-----	-----
		425.907	375.196	553.408	555.957
		-----	-----	-----	-----
Investimentos em controladas	9.a	154.107	415.850	-	-
Investimentos em coligadas	9.a	11.684	36.408	26.217	38.550
Propriedades para investimento	10	115.589	177.650	689.477	718.647
Outros investimentos	9.e	3.091	3.091	10.382	128.028
Imobilizado	11.a	5.895	6.522	666.853	748.962
Direitos de uso	12	-	-	111.685	144.527
Intangível	13	2	2	32.541	82.981
		-----	-----	-----	-----
Total do ativo não circulante		716.275	1.014.719	2.090.563	2.417.652
		-----	-----	-----	-----
Total dos ativos		731.346	1.092.245	2.727.228	3.560.161
		=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS – (em recuperação judicial)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
PASSIVOS					
CIRCULANTE:					
Empréstimos e financiamentos	14	40.504	125.641	898.247	888.925
Debêntures	15	-	-	373.220	17.763
Fornecedores	16	3.519	3.268	344.869	316.477
Obrigações sociais e trabalhistas		2.289	1.409	138.751	132.946
Impostos e taxas		7.095	2.366	31.219	30.518
Concessões governamentais	17	-	-	242.201	56.253
Arrendamentos a pagar	18	-	-	49.867	58.734
Impostos devidos e parcelamentos	21.d	1.590	53	125.231	105.796
Outras contas a pagar		3.325	5.246	62.891	83.498
		-----	-----	-----	-----
Total do passivo circulante		58.322	137.983	2.266.496	1.690.910
		-----	-----	-----	-----
NÃO CIRCULANTE:					
Empréstimos e financiamentos	14	-	39.000	89.950	131.710
Debêntures	15	-	-	-	320.757
Concessões governamentais	17	-	-	19.337	38.264
Arrendamentos a pagar	18	-	-	167.737	210.322
Partes relacionadas	20	558.616	468.819	-	-
Impostos diferidos	21.b	25.397	38.918	136.739	155.399
Provisões diversas	22	13.972	10.135	112.467	35.264
Planos de aposentadoria e benefícios	23	-	-	106.459	114.581
Impostos devidos e parcelamentos	21.d	3.148	197	350.858	114.128
Obrigações com controladas	9.a	383.383	-	-	-
Outras obrigações		772	643	20.495	24.417
		-----	-----	-----	-----
Total do passivo não circulante		985.288	557.712	1.004.042	1.144.842
		-----	-----	-----	-----
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:					
Capital realizado	19	882.236	882.236	882.236	882.236
Reserva de lucros		209.701	209.701	209.701	209.701
Ajustes de avaliação patrimonial		83.822	105.956	83.822	105.956
Ajustes acumulados de conversão		(52.559)	(31.960)	(52.559)	(31.960)
Prejuízos acumulados		(1.435.464)	(769.383)	(1.435.464)	(769.383)
		-----	-----	-----	-----
Total da participação dos acionistas controladores		(312.264)	396.550	(312.264)	396.550
		-----	-----	-----	-----
PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES					
	9.b	-	-	(231.046)	327.859
		-----	-----	-----	-----
Total do patrimônio líquido		(312.264)	396.550	(543.310)	724.409
		-----	-----	-----	-----
Total dos passivos e do patrimônio líquido		731.346	1.092.245	2.727.228	3.560.161
		=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS – (em recuperação judicial)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	26	-	-	774.501	1.520.957
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	27	-	-	(506.744)	(1.119.031)
CUSTO DE OCIOSIDADE E OUTROS		-	-	(287.755)	(203.536)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		-	-	(19.998)	198.390
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:					
De vendas	27	-	-	(256.800)	(347.042)
Gerais e administrativas	27	(8.702)	(11.394)	(151.407)	(163.108)
Honorários da administração	20 e 27	(2.898)	(2.584)	(22.412)	(22.141)
Equivalência patrimonial	9.a	(648.737)	(320.380)	(25.799)	2.808
Outras, líquidas:					
Variação do valor justo de propriedades para investimento	10	1.739	23.783	5.779	134.920
Provisão para reestruturação	29	-	-	(38.673)	-
Baixa precatórios, líquidos	14 e 21.d	-	-	(62.649)	-
Baixa ágio de controlada	9.a e 13	-	-	(27.303)	-
Provisão para desvalorização de ativos permanentes	11.a e 13	-	-	(49.270)	(7.043)
Provisão para desvalorização de outros investimentos	9.e	-	-	(107.646)	-
Outras, líquidas		8.838	(9.261)	(27.662)	(19.653)
RESULTADO OPERACIONAL		(649.760)	(319.836)	(783.840)	(222.869)
Despesas financeiras - juros e encargos		(95.166)	(93.007)	(369.722)	(356.367)
Despesas financeiras - juros sobre arrendamentos	18	-	-	(9.333)	(11.135)
Despesas bancárias, impostos, descontos e outros		(13.383)	(11.003)	(134.951)	(150.559)
Receitas financeiras		67.002	54.577	101.627	108.638
Variações cambiais, líquidas		(9.924)	(2.092)	(31.251)	(22.455)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(701.231)	(371.361)	(1.227.470)	(654.747)
Provisão para imposto de renda e contribuição social:					
Corrente	21.a	-	-	(3.044)	(4.192)
Diferido	21.a	13.521	(4.943)	1.436	(10.474)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(687.710)	(376.304)	(1.229.078)	(669.413)
ATRIBUÍDO A:					
Participação dos acionistas controladores				(687.710)	(376.304)
Participação dos acionistas não-controladores	9.b			(541.368)	(293.109)
				(1.229.078)	(669.413)
PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	28	(22,4474)	(12,2829)		

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS – (em recuperação judicial)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(687.710)	(376.304)	(1.229.078)	(669.413)
Outros resultados abrangentes:				
- Itens que irão impactar o resultado:				
Variação cambial de investimentos no exterior	(20.599)	(1.805)	(37.723)	1.962
	-----	-----	-----	-----
	(20.599)	(1.805)	(37.723)	1.962
- Itens que não irão impactar o resultado:				
Ajuste avaliação patrimonial – reflexo coligada	(41)	-	(41)	-
Ganho (perda) atuarial em planos de aposentadoria	(464)	5.836	(877)	11.029
	-----	-----	-----	-----
	(505)	5.836	(918)	11.029
	-----	-----	-----	-----
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(708.814)	(372.273)	(1.267.719)	(656.422)
	=====	=====	=====	=====
ATRIBUÍDO A:				
Participação dos acionistas controladores			(708.814)	(372.273)
Participação dos acionistas não-controladores			(558.905)	(284.149)
			-----	-----
			(1.267.719)	(656.422)
			=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS – (em recuperação judicial)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital realizado	Reserva de lucros Incentivos fiscais	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Lucros (prejuízos) acumulados	Total da participação dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não-controladores	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	882.236	209.701	100.714	(30.155)	(393.930)	768.566	612.399	1.380.965
Alienação de propriedades para investimento	-	-	(505)	-	505	-	-	-
Custo atribuído reflexo de coligada	-	-	(89)	-	89	-	-	-
Resultado abrangente:								
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(376.304)	(376.304)	(293.109)	(669.413)
Variação cambial de investimentos no exterior (nota 2.1)	-	-	-	(1.085)	-	(1.085)	-	(1.085)
Reflexo de controladas e coligadas-								
Variação cambial de investimentos no exterior (nota 2.1)	-	-	-	(720)	-	(720)	3.767	3.047
Ganho atuarial em planos de aposentadoria	-	-	5.836	-	-	5.836	5.193	11.029
Total do resultado abrangente	-	-	5.836	(1.805)	(376.304)	(372.273)	(284.149)	(656.422)
Contribuição dos (distribuição aos) acionistas:								
Ganho (perda) de participação reflexa de ações em tesouraria em controladas	-	-	-	-	171	171	(171)	-
Dividendos propostos em controladas	-	-	-	-	-	-	(292)	(292)
Dividendos prescritos em controladas	-	-	-	-	86	86	72	158
Total da contribuição dos (distribuição aos) acionistas	-	-	-	-	257	257	(391)	(134)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	882.236	209.701	105.956	(31.960)	(769.383)	396.550	327.859	724.409

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS – COTEMINAS – (em recuperação judicial)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de Reais)

	Capital realizado	Reserva de lucros Incentivos Fiscais	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Prejuízos Acumulados	Total da par- ticipação dos acionistas controladores	Participação dos acio- nistas não- controladores	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	882.236	209.701	105.956	(31.960)	(769.383)	396.550	327.859	724.409
Alienação de propriedades para investimento	-	-	(4.439)	-	4.439	-	-	-
Realização custo atribuído reflexo de coligada	-	-	(17.190)	-	17.190	-	-	-
Resultado abrangente:								
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(687.710)	(687.710)	(541.368)	(1.229.078)
Variação cambial de investimentos no exterior (nota 2.1)	-	-	-	(1.049)	-	(1.049)	-	(1.049)
Reflexo de controladas e coligadas-								
Variação cambial de investimentos no exterior (nota 2.1)	-	-	-	(19.550)	-	(19.550)	(17.124)	(36.674)
Ajuste avaliação patrimonial – reflexo coligada	-	-	(41)	-	-	(41)	-	(41)
Perda atuarial em planos de aposentadoria	-	-	(464)	-	-	(464)	(413)	(877)
Total do resultado abrangente	-	-	(505)	(20.599)	(687.710)	(708.814)	(558.905)	(1.267.719)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	882.236	209.701	83.822	(52.559)	(1.435.464)	(312.264)	(231.046)	(543.310)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS – (em recuperação judicial)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo líquido do exercício	(687.710)	(376.304)	(1.229.078)	(669.413)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do exercício ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	11	11	101.848	106.341
Equivalência patrimonial	648.737	320.380	25.799	(2.808)
Variação do valor justo de propriedades para Investimento	(1.739)	(23.783)	(5.779)	(134.920)
Imposto de renda e contribuição social	(13.521)	4.943	1.608	14.666
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	16.573	29.041
Provisão para desvalorização de ativos permanentes	-	-	49.270	7.043
Provisão para perdas com investimentos em coligadas	-	20.957	-	20.957
Provisão para desvalorização de outros investimentos	-	-	107.646	-
Provisão (reversão) para perdas com estoques	-	-	(12.788)	23.845
Provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas	4.172	-	86.657	-
Resultado na alienação de ativos permanentes	-	(5.039)	6.031	(10.688)
Baixa precatórios, líquido	-	-	62.649	-
Baixa ágio de controlada	-	-	27.303	-
Provisão para reestruturação	-	-	38.673	-
Recuperação de impostos	(4.069)	-	(47.490)	-
Variações monetárias	(5.970)	(13.009)	(2.867)	(6.167)
Variações cambiais	9.924	2.092	31.251	22.455
Juros e encargos, líquidos	44.548	60.494	392.512	398.552
Juros sobre arrendamentos	-	-	9.333	11.135
	<u>(5.617)</u>	<u>(9.258)</u>	<u>(340.849)</u>	<u>(189.961)</u>
Variações nas contas de ativos e passivos				
Títulos e valores mobiliários	2.623	(130)	5.483	(7.723)
Duplicatas a receber	-	-	10.902	251.074
Estoques	-	-	108.263	170.356
Adiantamentos a fornecedores	(6)	-	2.795	(36.176)
Impostos a recuperar	(1.570)	11.426	(6.955)	64.653
Valores a receber - venda de investimento	-	44.496	-	44.496
Fornecedores	251	1.172	32.541	3.924
Impostos parcelados	939	-	147.875	60.199
Outros	21.950	10.888	42.942	30.225
	<u>18.570</u>	<u>58.594</u>	<u>2.997</u>	<u>391.067</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais antes de juros e impostos				
Juros pagos sobre empréstimos	(60.271)	(17.844)	(137.878)	(184.468)
Comissões e encargos pagos sobre empréstimos	(7.759)	(7.604)	(42.557)	(58.841)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(164)	(3.697)
	<u>(49.460)</u>	<u>33.146</u>	<u>(177.602)</u>	<u>144.061</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais após juros e impostos				

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS – (em recuperação judicial)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Investimentos permanentes	-	-	-	-
Propriedades para investimentos	-	(1.249)	(191)	(3.616)
Ativo imobilizado	-	-	(11.506)	(14.744)
Ativo intangível	-	-	(1.110)	(1.025)
Imóveis disponíveis para venda	-	-	-	(8.644)
Recebimento pela venda de ativos permanentes	61.578	45.778	69.734	99.520
Empréstimos entre partes relacionadas	65.813	23.863	10.582	(28.872)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	127.391	68.392	67.509	42.619
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Ingresso de novos empréstimos e debêntures, líquidos dos encargos antecipados	22.984	2.469	319.719	538.685
Liquidação de empréstimos e debêntures	(100.343)	(104.071)	(371.993)	(689.235)
Liquidação de arrendamentos, líquidos	-	-	(34.047)	(34.653)
Pagamento de dividendos	-	-	(136)	(1.789)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(77.359)	(101.602)	(86.457)	(186.992)
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa de controladas no exterior	-	-	9.791	19.175
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	572	(64)	(186.759)	18.863
Caixa e equivalentes de caixa:				
No início do exercício	351	415	253.803	234.940
No fim do exercício	923	351	67.044	253.803
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	572	(64)	(186.759)	18.863

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS – (em recuperação judicial)

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
RECEITAS				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	898.481	1.831.451
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(16.573)	(29.041)
Resultado na alienação do imobilizado e investimentos	-	5.039	(6.031)	10.688
Recuperação de impostos	4.069	-	47.490	-
	-----	-----	-----	-----
	4.069	5.039	923.367	1.813.098
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(294.403)	(875.713)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(6.410)	(3.086)	(576.122)	(605.598)
Provisão para desvalorização de ativos	-	-	(49.270)	(7.043)
Provisão para perdas com investimentos em coligadas	-	(20.957)	-	(20.957)
Provisão para desvalorização de outros investimentos	-	-	(107.646)	-
Provisão para perdas com estoques	-	-	12.788	(23.845)
Provisão para reestruturação	-	-	(38.673)	-
Baixa precatórios, líquido	-	-	(62.649)	-
Baixa ágio de controlada	-	-	(27.303)	-
Varição do valor justo de propriedades para investimento	1.739	23.783	5.779	134.920
	-----	-----	-----	-----
	(4.671)	(260)	(1.137.499)	(1.398.236)
VALOR ADICIONADO BRUTO	-----	-----	-----	-----
	(602)	4.779	(214.132)	414.862
RETENÇÕES				
Depreciação e amortização	(11)	(11)	(101.848)	(106.341)
	-----	-----	-----	-----
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	(613)	4.768	(315.980)	308.521
VALOR ADICIONADO RECEBIDO POR TRANSFERÊNCIA				
Equivalência patrimonial	(648.737)	(320.380)	(25.799)	2.808
Receitas financeiras	67.002	54.577	101.627	108.638
Varição cambial ativa	17.884	27.533	16.753	22.408
Royalties	-	-	19.075	18.304
	-----	-----	-----	-----
	(563.851)	(238.270)	111.656	152.158
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (RETER)	-----	-----	-----	-----
	(564.464)	(233.502)	(204.324)	460.679
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Remuneração do trabalho	3.255	4.683	394.084	396.265
Impostos, taxas e contribuições	(2.983)	15.488	158.007	245.886
Remuneração de capitais de terceiros	122.974	122.631	472.663	487.941
Remuneração de capitais próprios	(687.710)	(376.304)	(1.229.078)	(669.413)
	-----	-----	-----	-----
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO (RETIDO)	(564.464)	(233.502)	(204.324)	460.679
	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS – (em recuperação judicial)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS (em recuperação judicial) (“Companhia”) é uma companhia aberta, controlada pela Wembley S.A., sediada na avenida Lincoln Alves dos Santos, número 955, em Montes Claros - MG, e tem por objeto social a produção e a comercialização de fios e tecidos em geral, importação e exportação, podendo participar do capital de outras empresas e adquirir títulos negociáveis no mercado de capitais. As ações da Companhia são negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) sob os códigos “CTNM3” e “CTNM4”.

A Companhia é controladora da Springs Global Participações S.A. (em recuperação judicial) (“SGPSA”), que é controladora da Coteminas S.A. (em recuperação judicial) (“CSA”) e da Springs Global US, Inc. (“SGUS”), companhias que concentram as atividades industriais na área de artigos de cama e banho, anteriormente desenvolvidas pela Companhia e pela Springs Industries, Inc. (“SI”) respectivamente.

Em 30 de abril de 2009, a controlada SGPSA iniciou as atividades de varejo de cama, mesa e banho, operando sob a marca MMartan e, posteriormente, em outubro de 2011, com a marca Artex. As operações de varejo, com essas duas bandeiras, são operadas pela controlada indireta AMMO VAREJO S.A. (em recuperação judicial) (“AMMO”).

A Companhia é controladora da O4D Comércio e Participações S.A. e da Oxford Comércio e Participações S.A. (em recuperação judicial), que é controladora da Companhia Tecidos Santanense (em recuperação judicial) (“CTS”), uma companhia aberta que tem por objeto social a indústria têxtil; atividades afins; confecção e comercialização de produtos para o vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPI, destinados à segurança do trabalho.

A Companhia e suas controladas têm apresentado em suas demonstrações financeiras consolidadas, despesas financeiras que foram agravadas pelo forte crescimento das taxas de juros desde o 4º trimestre de 2021. A Companhia e suas controladas estavam honrando seus compromissos financeiros com bancos e instituições financeiras, contudo tiveram uma forte redução de seu capital de giro o que impactou em suas atividades operacionais, com a paralização das atividades industriais no segundo semestre de 2023.

Em julho de 2023, no contexto de reestruturação de seu plano de negócios, a controlada indireta CSA firmou acordo com os sindicatos dos trabalhadores em Montes Claros, Blumenau e João Pessoa, para redução do quadro de funcionários em 1.709 trabalhadores e seus termos de pagamento. Entre outubro de 2023 e abril de 2024, no âmbito dos acordos sindicais, a controlada indireta CSA incluiu a demissão de mais 2.710 funcionários.

A Companhia e suas controladas, em período anterior ao pedido de recuperação judicial, despenderam esforços para repactuação de seu passivo financeiro e para a realização de alguns imóveis, direitos creditórios e investimentos, cujos recursos foram destinados exclusivamente à liquidação de passivos e a manutenção de seu custeio.

Em 2 de abril de 2024, a controlada SGPSA divulgou fato relevante onde informa a consolidação do parque fabril da controlada indireta CSA com a desativação de duas plantas industriais e consequentemente a disponibilização dessas plantas para venda ou arrendamento.

Recuperação Judicial

Em 8 de maio de 2024 - A SGPSA e suas controladas comunicaram ao mercado que receberam, no final da semana anterior, notificação enviada por Odernes Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("ODERNES") para elas, a controlada indireta CSA e outras empresas do grupo, em que alegou vencimento antecipado da dívida representada pelas debêntures emitidas pela controlada indireta AMMO em 30 de maio de 2022 e como suposta consequência do vencimento antecipado, ODERNES pretende executar as ações de emissão da controlada indireta AMMO, de titularidade da controlada indireta CSA e ainda que sejam transferidas em seguida a totalidade dessas ações para a empresa Jericoacoara Participações S.A. por valor irrisório.

A controlada indireta CSA, por sua vez, contranotificou ODERNES informando não terem se configurado o vencimento antecipado da dívida representada pelas Debêntures, muito menos a possibilidade de serem executadas as ações da controlada indireta AMMO ou a transferência de tais ações para qualquer outra empresa.

Adicionalmente, conforme já amplamente informado, desde o fim da pandemia, as Companhias vêm tendo seus negócios negativamente impactados pela combinação de fatores adversos que acarretaram dificuldades financeiras.

Neste contexto, com o objetivo de garantir a preservação das atividades empresariais e de ativos da Companhia e suas controladas, que ficariam sujeitas a dano irreparável, as Companhias obtiveram deferimento, em sede liminar, do pedido de recuperação judicial, para si e outras empresas do grupo.

Em 26 de julho de 2024, após procedimento de constatação prévia, foi deferido o processamento da Recuperação Judicial em despacho de 25 de julho de 2024.

O quadro abaixo demonstra a composição dos passivos da Companhia incluídos no pedido de Recuperação Judicial, avaliados na data do pedido:

<u>Classe de crédito (lei 11.101/2005)</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Trabalhista	1.723	128.076
Garantia Real	-	379.063
Quirografário	2.479	538.094
ME e EPP	-	10.733
Não sujeito	10.418	667.850
Fiscal	8.619	506.100
	-----	-----
	23.239	2.229.916
	=====	=====

Em 26 de setembro de 2024, a Companhia e demais empresas do Grupo apresentaram seu Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") nos autos do respectivo processo e conforme art. 53 da Lei nº 11.101/2005. As principais medidas previstas no PRJ envolvem: (i) reestruturação do passivo das companhias, (ii) alienação de bens e constituição de unidades produtivas isoladas, (iii) distribuição aos Credores de parte dos resultados líquidos auferidos na venda de ativos e unidades produtivas isoladas; (iv) possibilidade de captação de novos recursos pelas companhias para a implementação da retomada operacional; e (v) a preservação de investimentos essenciais para a manutenção das atividades das companhias, além da (vi) criação de fundo de investimento imobiliário (FII) para fins de dação em pagamento das respectivas cotas para fins de pagamento de parte dos credores.

A Companhia vem avançando nas negociações com seus credores e providenciando os documentos relacionados ao seu PRJ no intuito de possível realização da assembleia geral de credores ("AGC") em 2025. No entanto, até a divulgação destas demonstrações financeiras, os termos finais do PRJ, assim como de eventuais acordos de apoio ao plano, entre a Companhia e seus principais credores financeiros, ainda se encontram em tratativas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 13 de fevereiro de 2025.

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras individuais (“Controladora”) e consolidadas (“Consolidado”), elaboradas, simultaneamente, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem com as utilizadas pela administração da Companhia em sua gestão.

2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas;

ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e

iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajustes acumulados de conversão” e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas no resultado do exercício como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros--A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado (“FVTPL”), ao valor justo por meio de outros

resultados abrangentes ("FVOCI") e ao custo amortizado.

i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e

- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e

- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo ou passivo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo ou passivo.

iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Os instrumentos financeiros classificados no passivo, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

iv) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos contratados não são designados para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

(c) Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros--Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada, que inclui as perdas de crédito esperadas. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

(e) Títulos e valores mobiliários--Representados por aplicações financeiras de liquidez imediata e com vencimento superior a 90 dias e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários referentes a fundos de investimento em instrumentos patrimoniais são classificados como ativos financeiros, não derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado. Todos os demais títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros não derivativos, mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

(f) Duplicatas a receber de clientes e provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa--As duplicatas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação

duvidosa.

A Companhia adotou a mensuração da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos a mais de 180 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente.

(g) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e/ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(h) Imobilizado disponível para venda--Referem-se substancialmente a máquinas e equipamentos fora de uso. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de vendas, quando este for menor do que os valores residuais contábeis.

(i) Investimentos--Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas respectivas controladas e coligadas na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido de controladas e coligadas sediadas no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de "Ajustes acumulados de conversão" no patrimônio líquido, também demonstrado como outros resultados abrangentes.

(j) Combinação de negócios--O custo da entidade adquirida é alocado aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença, entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, é registrada como ágio.

(k) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos, exceto quando atendem os critérios para capitalização.

(l) Propriedades para investimento--São propriedades mantidas para obter renda ou valorização do capital. São registradas inicialmente ao custo e incluem os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo valor justo em contrapartida de resultados abrangentes líquidas dos efeitos tributários, e a partir de então, são avaliadas anualmente ao valor justo e as variações decorrentes desta avaliação e os efeitos tributários, são reconhecidos no resultado do exercício.

(m) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos. A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	<u>Vida útil</u>
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
Usinas	15 a 35 anos
Móveis, utensílios e outros	5 a 10 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(n) Direito de uso--A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos, ajustado a valor presente. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

(o) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas, pontos comerciais, propriedade intelectual (desenvolvimento de software) e ágios decorrentes da aquisição de empresas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(p) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros--Os bens do imobilizado, os intangíveis, os estoques e outros ativos circulantes e não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do exercício. As perdas com esses ativos reconhecidas em outros períodos, poderão ser revertidas sempre que houver uma avaliação ou evidência confiável de que o valor do ativo tenha se recuperado (exceto ágio apurado em investimentos). A reversão é reconhecida no resultado do exercício e não ultrapassa o valor reconhecido anteriormente como provável perda.

(q) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no período, se aplicável. Para as controladas sediadas no exterior, a alíquota de imposto varia de 24% a 35%, de acordo com a legislação vigente em cada país.

(r) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(s) Arrendamentos a pagar--A mensuração do passivo de arrendamento, correspondem ao total dos pagamentos futuros de aluguéis. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo, e quando aplicável, são ajustados por alterações e atualizações previstas nos contratos. A contrapartida é contabilizada como direito de uso e amortizado durante o período do contrato de arrendamento pelo método linear. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescente dos contratos. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento.

(t) Provisões diversas--São constituídas em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(u) Planos de aposentadoria complementar--Os custos associados aos planos são reconhecidos pelo regime de competência com base em cálculos atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em "Ajustes de avaliação patrimonial" quando incorridos.

(v) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação--O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não apurou potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro (prejuízo) por ação.

(w) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do exercício, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes acumulados de conversão".

(x) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando o controle é transferido, isto é, na ocasião da entrega ao cliente.

(y) Demonstrações do Valor Adicionado ("DVA")--Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras.

(z) Acionistas controladores e não controladores--Nas demonstrações financeiras, "acionistas controladores" representam todos os acionistas da Companhia e "não controladores" representam a participação dos acionistas minoritários nas controladas da Companhia.

2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à estimativa do valor de recuperação de ativos financeiros (notas explicativas nº 2.2.c, nº 5, nº 7 e nº 8), seleção da vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.2.m e nº 11), estimativa do valor de recuperação de ativos não financeiros (notas explicativas nº 2.2.p, nº 6, nº 11, nº 12 e nº 13), valor justo de propriedades para investimento (notas explicativas nº 2.2.l e nº 10), provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.2.t e nº 22), provisões para impostos sobre a renda (notas explicativas nº 2.2.q e nº 21), determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) (notas explicativas nº 2.2.b e nº 24) e outras similares, estimativas referentes a seleção da taxa de juros (nota explicativa nº 24.d.5), retorno esperado dos ativos e escolha da tabela de mortalidade e expectativa de aumento dos salários aplicados aos cálculos atuariais (notas explicativas nº 2.2.u e nº 23). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da controladora e das seguintes empresas controladas:

	Participação direta e indireta no capital total - %	
	2023	2022
Coteminas International Ltd	100,00	100,00
Coteminas (Sucursal Argentina)	100,00	100,00
Springs Global Participações S.A. – em recuperação judicial	52,92	52,92
Oxford Comércio e Participações S.A. – em recuperação judicial	99,92	99,92
O4D Comércio e Participações S.A.	63,37	63,37
Companhia Tecidos Santanense – em recuperação judicial	56,51	56,51

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementado com a eliminação dos investimentos nas empresas controladas, dos lucros ou prejuízos não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação. O efeito da variação cambial sobre os investimentos no exterior está destacado na demonstração das mutações do patrimônio líquido na rubrica “Ajustes acumulados de conversão”. As práticas contábeis das controladas sediadas no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora. Foi destacada, do patrimônio líquido e do resultado, a participação dos acionistas não controladores.

A controlada SGPSA, controladora da CSA e SGUS, das quais possui 100% do capital social, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações financeiras já consolidadas.

A controlada Oxford, controladora da CTS com 54,48% de seu capital social, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações financeiras já consolidadas.

As demonstrações financeiras das empresas controladas sediadas no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do dólar vigente em 31 de dezembro de 2023 e 2022, para as contas do balanço patrimonial e o resultado foi convertido pelas taxas mensais.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>Varição</u>
Taxa fechamento:			
31 de dezembro	4,8413	5,2177	- 7,2%
Taxa média:			
31 de dezembro (12 meses)	4,9841	5,1386	- 3,0%

2.5 – Novas IFRS, revisões das IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro do IASB).

a) Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória a partir de 31 de janeiro de 2024. Todavia, foi permitida a adoção antecipada dessas normas, interpretações e alterações de normas

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
Emenda IAS 1 – Classificação de passivos como circulante e não circulante e Revisão de Pronunciamento Técnico nº 26 – Apresentação das demonstrações contábeis.	As alterações visam promover a consistência na aplicação dos requisitos, ajudando as empresas a determinar se, na demonstração da posição financeira, a dívida e outros passivos com data de liquidação incerta devem ser classificados como circulantes (vencidos ou potencialmente exigíveis dentro de um ano).	Aplicável a exercícios ou períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Operações compromissadas (*)	770	132	24.972	135.613
Cambiais no exterior (US\$)	-	-	-	1.459
Depósitos no exterior	-	-	27.567	63.021
Depósitos em contas correntes	70	219	9.954	53.710
Bloqueios judiciais	83	-	4.551	-
	-----	-----	-----	-----
	923	351	67.044	253.803
	=====	=====	=====	=====

(*) Os rendimentos das aplicações financeiras variam de 100% a 110% das taxas que remuneram os Certificados de Depósitos Interbancários - CDI.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	
	2023	2022
Fundo de investimento - (US\$)	26.229	42.896
Depósito restrito (1)	499	5.033
Fundo de reserva (2)	8.632	8.470
	-----	-----
Circulante	35.360	56.399
	(26.728)	(43.423)
	-----	-----
Não circulante	8.632	12.976
	=====	=====

(1) Em 31 de dezembro de 2023, a controladora e a controlada SGPSA não possuíam depósitos restritos em instituições financeiras (R\$2.581 e R\$1.925, respectivamente, em 31 de dezembro de 2022), e a controlada indireta SGUS possuía R\$499, equivalente a US\$102 mil (R\$527, equivalente a US\$101 mil em 31 de dezembro de 2022) na condição de "Compensating balance arrangement".

(2) Valor referente ao fundo de reserva da 5ª emissão de debêntures da controlada CSA, equivalentes a 3 parcelas futuras. Vide nota explicativa nº15 às demonstrações financeiras.

5. DUPLICATAS A RECEBER

	Consolidado	
	2023	2022
Cientes no mercado interno	161.511	193.228
Cientes no mercado externo	55.062	64.157
Operadoras de cartão de crédito	2.595	10.453
	-----	-----
	219.168	267.838
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(57.273)	(55.681)
	-----	-----
	161.895	212.157
	=====	=====

As duplicatas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 85 dias (49 dias em 31 de dezembro de 2022). Os valores vencidos estão demonstrados abaixo e o saldo da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com estes títulos.

A composição das duplicatas a receber consolidada por idade de vencimento é como segue:

	2023	2022
A vencer	108.323	181.198
Vencidas até 30 dias	9.532	7.258
Vencidas de 31 a 60 dias	8.169	9.184
Vencidas de 61 a 90 dias	11.314	3.412
Vencidas de 91 a 180 dias	15.019	5.149
Vencidas acima de 180 dias	66.811	61.637
	-----	-----
	219.168	267.838
	=====	=====

A movimentação da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa consolidada é como segue:

	2023	2022
Saldo no início do exercício	(55.681)	(49.642)
Adições	(1.876)	(17.652)
Baixas	100	11.152
Variação cambial	184	461
	-----	-----
Saldo no final do exercício	(57.273)	(55.681)
	=====	=====

Considerando as informações subsequentes a 31 de dezembro de 2023, até a aprovação das demonstrações financeiras, não foram identificadas perdas relevantes não provisionadas.

6. ESTOQUES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

a. Estoques

	Consolidado	
	2023	2022
Matérias-primas e secundários	54.032	86.178
Produtos em elaboração	74.130	83.923
Produtos acabados	85.720	178.784
Peças de reposição	55.380	56.755
	-----	-----
	269.262	405.640
	=====	=====

Os estoques estão demonstrados líquidos dos saldos das provisões para perdas. As controladas operacionais avaliam a realização dos estoques anualmente ou sempre que houver indicativos de prováveis perdas.

Os grupos de estoques de matérias-primas, secundários e produtos em elaboração possuem um baixo risco de perda, pois a conversão em produto acabado pode ser administrada. O grupo de estoque de produtos acabados é avaliado pela sua rentabilidade, e principalmente aqueles estoques considerados descontinuados e obsoletos.

Em 31 de dezembro de 2023, não foram identificadas potenciais perdas esperadas na realização desses estoques. Os custos de ociosidade, quando ocorrem, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício e não são considerados no custo de produção.

A movimentação da provisão para perdas consolidada é como segue:

	Matérias-primas e secundários	Produtos acabados	Peças de reposição	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(1.719)	(23.764)	(1.474)	(26.957)
(Adições) baixas	44	12.786	253	13.083
Variação cambial	1.024	37	-	1.061
	-----	-----	-----	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(651)	(10.941)	(1.221)	(12.813)
	=====	=====	=====	=====
	Matérias-primas e secundários	Produtos acabados	Peças de reposição	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(2.555)	(13)	(1.260)	(3.828)
(Adições) baixas	(180)	(23.757)	(214)	(24.151)
Variação cambial	1.016	6	-	1.022
	-----	-----	-----	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(1.719)	(23.764)	(1.474)	(26.957)
	=====	=====	=====	=====

b. Adiantamentos a fornecedores

Referem-se substancialmente a pagamentos efetuados pela controladora indireta à fornecedores de algodão, repassados para as controladas operacionais a preço de mercado, entre outros adiantamentos, e serão entregues como segue:

Ano	Consolidado	
	2023	2022
2024	10.962 =====	76.434 =====

7. VALORES A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Cientes com pedido de recuperação judicial (a)	-	-	-	12.424
Cientes em recuperação judicial (b)	-	-	1.289	1.332
Parcelamento de créditos com clientes (c)	-	-	8.494	5.083
Financiamento no repasse de lojas (d)	-	-	384	768
Venda de imóveis (e)	-	-	912	4.009
Outros	478	478	3.172	1.690
	-----	-----	-----	-----
	478	478	14.251	25.306
Circulante	(478)	(478)	(10.785)	(9.171)
	-----	-----	-----	-----
Não circulante	-	-	3.466	16.135
	=====	=====	=====	=====

(a) O Narciso Enxovais do Brasil Ltda. ingressou com o pedido de Recuperação Judicial (RJ) no segundo trimestre de 2022, o qual teve o processamento deferido. O Narciso reconheceu a totalidade dos créditos com a controlada indireta CSA. Em 30 de junho de 2023, foi efetuada provisão para perda no valor de R\$12.424. Em 28 de setembro de 2023, foi aprovado em assembleia geral de credores o pedido de recuperação judicial, com condições mínimas de recuperação de crédito. Em dezembro de 2023, o pedido de recuperação judicial foi homologado.

(b) Pagamentos semestrais crescentes com correção de 2% a 8% a.a., com vencimento final em dezembro/2027. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo apresentado está líquido de provisão para perda no valor de R\$2.127 (R\$2.127 em 2022).

(c) Pagamento em até 70 parcelas mensais com juros de 0,50% a 2,00% ao mês. Em 31 de dezembro de 2023, os recebíveis estão deduzidos de provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$2.685 (R\$412 em 31 de dezembro de 2022).

(d) Financiamento de repasses de lojas para franqueados, para pagamento em parcelas mensais iguais atualizadas pela variação do índice geral de preços do mercado – IGP-M.

(e) Pagamento em até 3 parcelas mensais com juros de 0,5% ao mês e atualização pelo IPCA.

Considerando as informações subsequentes a 31 de dezembro de 2023, até a aprovação das demonstrações financeiras, não foram identificadas perdas relevantes não provisionadas.

8. VALORES A RECEBER - VENDA DE INVESTIMENTO

Em 2019, a Companhia e sua controlada Oxford Comércio e Participações S.A. venderam a totalidade do capital social da Tropical Agroparticipações S.A.

Os saldos dos valores a receber são conforme segue:

	Controladora e consolidado	
	2023	2022
Valores brutos a receber	-	48.815
Ajuste a valor presente (*)	-	(2.940)
	-----	-----
Total	-	45.875
	=====	=====

(*) Inclui comissões e despesas da operação de antecipação dos recebíveis.

A movimentação dos valores a receber é como segue:

	Controladora e consolidado	
	2023	2022
Saldos no início do exercício	45.875	90.371
Juros provisionados	5.970	13.009
Valores recebidos	(47.658)	(52.545)
Variação cambial	(4.187)	(4.960)
	-----	-----
Saldos no final do exercício	-	45.875
	=====	=====

9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS

a. Participação dos acionistas controladores:

	Patrimônio líquido	Partici- pação - %	Resultado do exercício	Total dos investimentos		Resultado de equivalência patrimonial	
				2023	2022	2023	2022
Investimentos em controladas:							
Springs Global Participações S.A. (1)	(724.519)	52,92	(1.065.922)	-	200.376	(564.036)	(333.783)
Oxford Comércio e Participações S.A.	116.068	99,92	(50.697)	115.980	166.626	(50.658)	4.068
O4D Comércio e Participações S.A.	43.200	63,37	4.532	27.376	24.504	2.872	2.080
Coteminas International Ltd. (1)	6.264	100,00	(10.587)	6.264	17.915	(10.587)	4.774
Companhia Tecidos Santanense	216.765	2,07	(94.606)	4.487	6.445	(1.958)	132
Coteminas (Sucursal Argentina) (1)	(3)	100,00	-	-	(16)	-	-
				-----	-----	-----	-----
Total de controladas				154.107	415.850	(624.367)	(322.729)
				=====	=====	=====	=====
Investimentos em coligadas (direto):							
Cantagalo General Grains S.A.	40.810	28,63	(49.092)	11.684	36.408	(24.370)	7.806
Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira (2)	-	-	-	-	-	-	(5.457)
				-----	-----	-----	-----
Total de coligadas (direto)				11.684	36.408	(24.370)	2.349
Total Controladora						(648.737)	(320.380)
						=====	=====
Investimentos em coligadas (índireto):							
Cantagalo General Grains S.A.	40.810	1,68	(49.092)	686	2.142	(1.434)	459
A11I Tecnologia S.A.	11.568	48,0	10	13.847	-	5	-
				-----	-----	-----	-----
Total de coligadas – Consolidado				26.217	38.550	(25.799)	2.808
				=====	=====	=====	=====

(1) Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido das controladas diretas SGPSA e Sucursal Argentina apresentavam saldo devedor de R\$724.519 e R\$3, respectivamente. Os passivos equivalentes de R\$383.380 e R\$3 foram apresentados na rubrica "Obrigações com controladas", no passivo não circulante.

(2) Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 29 de março de 2023, foi deliberada a alienação de sua participação acionária na Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira. Em 31 de dezembro de 2022, o investimento foi reclassificado para o ativo circulante, na rubrica "Ativos mantidos para venda", e foi constituída provisão para perdas no montante de R\$20.957. Em abril de 2023, a venda foi efetivada pelo valor de R\$13.920 e o valor recebido em sua totalidade.

b. Participação dos acionistas não controladores nas controladas:

	Patrimônio Líquido	Participação - %	Resultado do exercício	Participação dos acionistas não controladores			
				Nos patrimônios das controladas		Nos resultados das controladas	
				2023	2022	2023	2022
Springs Global Participações S.A.	(724.519)	47,08	(1.065.922)	(341.139)	178.295	(501.886)	(297.002)
Oxford Comércio e Participações S.A.	116.068	0,08	(50.697)	88	127	(39)	(56)
O4D Comércio e Participações S.A.	43.200	36,63	4.532	15.824	14.164	1.660	1.203
Companhia Tecidos Santanense	216.765	29,25	(94.606)	94.181	135.273	(41.103)	2.746
				-----	-----	-----	-----
Total dos acionistas não controladores				(231.046)	327.859	(541.368)	(293.109)
				=====	=====	=====	=====

c. Informações complementares sobre os investimentos em coligadas:

	Cantagalo General Grains S.A. (1)		Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira (2)		A11I Tecnologia S.A. (3)	
	2023	2022	2022		2023	
	Ativos circulantes	12.776	34.442	486.119		4.350
Ativos não circulantes	264.941	335.725	392.897		7.225	
Total dos ativos	277.717	370.167	879.016		11.575	
Passivos circulantes	177.911	184.796	541.456		7	
Passivos não circulantes	58.996	58.202	217.742		-	
Total dos passivos	236.907	242.998	759.198		7	
Patrimônio líquido – Controladora	40.810	127.169	114.730		11.568	
Receita líquida (12 meses)	1.200	878	1.227.649		-	
Lucro (prejuízo) do exercício – Controladora	(49.092)	33.042	(17.950)		10	

(1) Cantagalo General Grains S.A. -- A Cantagalo General Grains S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Magalhaes de Castro, 4.800, 11º andar, sala 2, cidade de São Paulo - SP, constituída em 25 de outubro de 2010 com o objetivo de cultivo de soja, milho, algodão e outros cereais; produção de sementes certificadas, produção de sementes em geral, mudas e outras formas de propagação vegetal certificadas; serviços de preparação de terreno, cultivo e colheita; fabricação de fertilizantes; comércio nos mercados interno e externo (importação e exportação) de produtos agrícolas, especialmente grãos vegetais e seus derivados, de fertilizantes, suas matérias-primas e seus subprodutos, além de defensivos agrícolas entre outras atividades congêneres. Possui investimentos em controladas e controladas em conjunto, na Tropical Empreendimentos e Participações Ltda., Siqueira Empreendimentos e Participações Ltda. e CGG Trading S.A.

(2) Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira -- Possui sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, foi constituída em 12 de agosto de 1872 e é uma companhia de capital aberto que tem como objetivo social a indústria têxtil e atividades afins; confecções e comercialização de produtos do vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPIs, destinados a segurança do trabalho; a exportação e importação de produtos ligados à sua finalidade e o período de atividades agrícolas, pecuárias e de silvicultura, bem como a geração, distribuição e transmissão de energia elétrica para consumo próprio, podendo, entretanto, comercializar o excedente de energia elétrica não utilizado.

Investimento reclassificado para a rubrica “Ativos mantidos para venda” em 31 de dezembro de 2022, e alienado no 1º semestre de 2023.

(3) A11I Tecnologia S.A. -- Em 16 de Outubro de 2023, a controlada indireta AMMO. realizou aporte de capital na coligada A11I Tecnologia S.A. com ativos do imobilizado no valor de R\$ 334 (vide nota explicativa nº10 às demonstrações financeiras) e propriedade intelectual no valor de R\$6.905 (vide nota explicativa nº12 às demonstrações financeiras). A coligada tem por objeto social: (i) atividades relacionadas a análise, desenvolvimento, produção, licenciamento e cessão de programas de computador sob encomenda; (ii) suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computador e acesso à internet por provedores; (iii) assessoria e consultoria em informática e (iv) participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior.

d. Movimentação dos investimentos de controladas e coligadas:

<u>Controladas</u>	<u>Springs Global Participa- ções S.A.</u>	<u>Oxford Comércio e Participa- ções S.A.</u>	<u>O4D Comércio e Participa- ções S.A.</u>	<u>Coteminas Internatio- nal Ltd.</u>	<u>Companhia Tecidos Santanense</u>	<u>Coteminas (Sucursal Argentina)</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	524.096	170.808	22.918	14.239	6.313	(29)	738.345
Equivalência patrimonial	(333.783)	4.068	2.080	4.774	132	-	(322.729)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	4.226	13	-	(1.098)	-	13	3.154
Ajustes de avaliação patrimonial	5.837	-	-	-	-	-	5.837
Ganho de participação reflexa de ações em tesouraria	-	171	-	-	-	-	171
Dividendos prescritos	-	86	-	-	-	-	86
Dividendos propostos	-	(8.520)	(494)	-	-	-	(9.014)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2022	200.376	166.626	24.504	17.915	6.445	(16)	415.850
Equivalência patrimonial	(564.036)	(50.658)	2.872	(10.587)	(1.958)	-	(624.367)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	(19.255)	12	-	(1.064)	-	13	(20.294)
Ajustes de avaliação patrimonial	(465)	-	-	-	-	-	(465)
Obrigações com controladas	383.380	-	-	-	-	3	383.383
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	115.980	27.376	6.264	4.487	-	154.107
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

	Direta		Indireta	
	Cantagalo General Grains S.A.	Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira	Cantagalo General Grains S.A.	A111 Tecnologia S.A.
<u>Coligadas</u>				
Saldo em 31 de dezembro de 2021	33.564	40.334	1.974	-
Equivalência patrimonial	7.806	(5.457)	459	-
Varição cambial sobre investimentos no exterior	(4.962)	-	(291)	-
Reclassificação para ativos mantidos para venda	-	(34.877)	-	-
	-----	-----	-----	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2022	36.408	-	2.142	-
Equivalência patrimonial	(24.370)	-	(1.434)	5
Varição cambial sobre investimentos no exterior	(306)	-	(20)	-
Ajustes de avaliação patrimonial	(48)	-	(2)	-
Aporte de capital (a)	-	-	-	7.239
Ganho de participação (a)	-	-	-	6.603
	-----	-----	-----	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2023	11.684	-	686	13.847
	=====	=====	=====	=====

e. Outros investimentos:

Investimentos da SGUS

A controlada indireta SGUS possuía 14,27% da New Keeco Holdings, LLC, (“Keeco”) quando a Keeco combinou suas operações com as operações vendidas da SGUS em março de 2019. A Keeco Holdings é uma empresa com portfólio de produtos e marcas líderes nos mercados de cortinas, *utility bedding*, e *decorative bedding*, além de carteira diversificada de clientes, incluindo as principais empresas do varejo tradicional e digital do mercado norte-americano. No 4º trimestre de 2020, a controlada indireta SGUS (juntamente com os demais acionistas da Keeco) disponibilizou para venda essa participação e, portanto, reclassificou o investimento para a rubrica “Ativos mantidos para venda”.

Em 19 de setembro de 2022, os acionistas da Keeco e suas subsidiárias, juntamente com os acionistas da Hollander Parent Corporation (“Hollander”) e suas subsidiárias e a SGUS, entre outros, assinaram acordo de contribuição de ativos, formando uma nova empresa combinada denominada Keeco, Inc., que atuará no mesmo segmento de mercado de ambas as companhias.

Após a contribuição de ativos, a controlada indireta SGUS recebeu por sua participação na Keeco, 15.167 ações ordinárias comuns (*Common stocks*) da Keeco, Inc., representando 6,33% dessa classe de ações, mais uma opção de compra de 10.220 ações dessa mesma classe, ao preço de US\$0,01 por ação com vencimento em 5 anos da data de emissão ou caso ocorra uma mudança de controle da Keeco, Inc.

Considerando-se o exercício das opções, e a conversão das ações preferenciais (*preferred stocks*) emitidas pela Keeco Inc. em ações comuns (*common stocks*), a SGUS terá participação de 5,13% do capital, deixando de existir outra classe de ações. Considerando-se ainda as possibilidades de emissão de 67.506 novas ações em bônus para os gestores elegíveis da Keeco Inc., a participação da SGUS poderá chegar no mínimo (*fully-dilluted*) de 4,51%.

A Keeco, Inc. inicia suas operações com faturamento consolidado equivalente a US\$1,2 bilhão e em suas projeções para 5 anos estima um faturamento de US\$1,6 bilhão.

Considerando as projeções anuais, geração de caixa e múltiplos aplicáveis para essa categoria de indústria, consultores externos da SGUS, utilizando o menor percentual de participação da SGUS, 4,51%, estimavam a recuperação desse investimento em até 5 anos em valores que podem variar entre US\$31,5 milhões e US\$43,3 milhões.

A SGUS, a partir daquela data, reclassificou esse investimento, antes na rubrica de “ativos mantidos para a venda”, para outros investimentos, que será avaliado ao custo contábil e ajustado pelo valor de recuperação caso haja indícios de não recuperabilidade desse investimento.

Em 2023 e 2024, ocorreram dois eventos de aumento de capital na Keeco que impactaram a participação acionária da SGUS na Keeco. Nesses dois eventos, a SGUS teve a opção de comprar ações adicionais da Keeco para evitar diluição (“preemptive rights”). A SGUS decidiu não comprar essas ações adicionais e teve a sua participação reduzida de 4,51% para 0,8% das ações ordinárias da Keeco. Em março de 2024, a SGUS recebeu o orçamento atualizado da Keeco para o ano de 2024 e verificou redução na projeção do EBITDA ajustado quando comparado com as projeções apresentadas em anos anteriores. Com essa redução, e com a diluição mencionada acima, a administração da Companhia concluiu pela necessidade de contabilizar, em junho de 2023, um complemento da provisão para perda no valor de R\$107,6 milhões (US\$22,3 milhões) nesse investimento, e conseqüentemente a baixa do imposto diferido no valor de R\$14,9 (US\$3,0 milhões).

Em 31 de dezembro de 2023, o valor de R\$7.114, equivalentes a US\$1.469, estava contabilizado na rubrica “Outros investimentos” no ativo não circulante (R\$124.217, equivalentes a US\$23.807, em 31 de dezembro de 2022). Considerando as informações subsequentes a 31 de dezembro de 2023, até a divulgação das demonstrações financeiras, não foram identificadas perdas relevantes não provisionadas.

10. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Os saldos consolidados das propriedades para investimento são conforme segue:

	Imóveis para renda				Imóveis para valorização			Total
	Complexo comercial	Complexo residencial	Terrenos para loteamento	Imóvel Vinhedo	Imóvel Acreúna	Imóveis Montes Claros	Terreno Montes Claros	
	SGA (1) (*)	SGA (2) (*)	(3)	(4) (a)	(5)	(6)	(7) (a)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	324.990	46.950	32.528	-	30.380	57.570	94.100	586.518
Adições	637	1.698	4	-	-	30	1.247	3.616
Baixas	(63)	(361)	(703)	-	-	-	-	(1.127)
Variação a valor justo (b)	54.961	848	45.841	5.280	-	9.487	18.503	134.920
Propriedades de uso por controlada indireta (c)	-	-	-	(5.280)	-	-	-	(5.280)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	380.525	49.135	77.670	-	30.380	67.087	113.850	718.647
Adições	128	63	-	-	-	-	-	191
Baixas	-	-	(752)	-	-	(3.432)	-	(4.184)
Variação do valor justo (b)	2.140	148	1.092	589	-	71	1.739	5.779
Transferências	(23)	36	-	-	(13)	-	-	-
Transferências para o disponível para venda.	-	-	-	-	(30.367)	-	-	(30.367)
Propriedades de uso por controlada indireta (*)	-	-	-	(589)	-	-	-	(589)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	382.770	49.382	78.010	-	-	63.726	115.589	689.477

(*) Saldos mantidos pela controladora no valor total de R\$115.589 (R\$177.650 em 31 de dezembro de 2022, considerando o Imóvel Vinhedo (vide item (4) no valor de R\$63.800), Em Outubro de 2023, a Companhia alienou o Imóvel Vinhedo para a controlada indireta CSA pelo valor justo registrado na data, através de créditos entre as partes relacionadas. Vide nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras.

As avaliações são efetuadas por especialistas em avaliações imobiliárias para determinação do valor justo de todos os imóveis e, a diferença positiva entre o custo residual do imóvel e o valor justo apurado, líquido dos efeitos tributários, foi registrada em "Outros resultados abrangentes", na categoria de itens que não afetarão o resultado no caso de avaliação inicial ao valor justo e no resultado do exercício quando apurada variação do valor justo a partir da segunda mensuração.

1) Complexo comercial SGA: Trata-se de um complexo comercial de 319,7 mil m², da controlada indireta CSA, denominado Centro Comercial Seridó, onde 122,2 mil m² já foram desenvolvidos e arrendados. Em 2023, os valores de receita por arrendamento foram de R\$11.950 (R\$11.731 em 2022).

Com a destinação deste imóvel para atividade de arrendamento e com retorno específico diverso das operações têxteis da Companhia, foi transferido seu valor residual, antes registrado como imobilizado a custo, para a rubrica de propriedades para investimentos, nos respectivos anos de desocupação.

Os valores apurados foram os seguintes:

	2023	2022
Custo residual do imóvel	112.186	112.081
Mais valia apurada (a)	270.584	268.444
	-----	-----
Valor justo (b)	382.770	380.525
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$91.998 (R\$91.271 em 31 de dezembro de 2022). Vide nota explicativa nº 21.b.1 às demonstrações financeiras.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para os respectivos exercícios. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

2) Complexo residencial SGA: Em 2018, a controlada indireta CSA disponibilizou área no município de São Gonçalo do Amarante – RN contendo 520 mil m² para início de empreendimento habitacional. Os valores apurados foram os seguintes:

	2023	2022
Custo residual do imóvel	1.529	1.430
Mais valia apurada (a)	47.853	47.705
	-----	-----
Valor justo (b)	49.382	49.135
	=====	=====

a) Apurado imposto diferido passivo de R\$16.269 (R\$16.220 em 31 de dezembro de 2022). Vide nota explicativa nº 21.b.1 às demonstrações financeiras.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida

pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para os respectivos exercícios. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

3) Terrenos para loteamento: Em 2018, a controlada indireta Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda. deu início à elaboração de projeto conjunto com construtora parceira, para a instalação de loteamentos nos terrenos localizados na região de Itaúna, em Minas Gerais. Com o direcionamento destes imóveis para este novo projeto, os valores dos terrenos foram transferidos para a rubrica “Propriedades para investimento”, avaliados ao valor justo. A controlada indireta previa ceder seus terrenos para a instalação de loteamentos, em contrapartida à aproximadamente 36,5% de participação no valor total de vendas do referido loteamento, líquidos de impostos e comissões de venda. Em 2022 o projeto foi descontinuado e a controlada indireta registrou a totalidade do valor justo dos ativos.

Os valores apurados foram os seguintes:

	2023	2022
Custo residual do imóvel	1.250	1.254
Mais valia apurada (a)	76.000	74.923
	-----	-----
Valor justo (b)	77.250	76.177
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$5.115 (R\$5.043 em 31 de dezembro de 2022). Vide nota explicativa nº 21.b às demonstrações financeiras.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para os respectivos exercícios. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

4) Imóvel Vinhedo: Em 2018, a Companhia adquiriu um imóvel na cidade de Vinhedo - SP, com 51 mil metros quadrados, onde estão localizados o centro de distribuição e o setor administrativo de sua controlada indireta AMMO. Em Outubro de 2023, a Companhia alienou o referido imóvel para a controlada indireta CSA pelo valor justo registrado na data, através de créditos entre as partes relacionadas.

Os valores apurados foram os seguintes:

	2023	2022
Custo residual do imóvel	63.800	25.336
Mais valia apurada (a)	589	38.464
	-----	-----
Valor justo (b)	64.389	63.800
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$200 na controlada indireta CSA, após a alienação (R\$13.077 em 31 de dezembro de 2022, na Companhia). Vide nota explicativa nº 21.b às demonstrações financeiras.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para os respectivos exercícios. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

5) Imóvel para valorização Acreúna: Em 2021, a controlada indireta CSA desocupou e destinou este imóvel para valorização ou renda. Seu valor residual, antes registrado como imobilizado a custo, foi transferido para a rubrica de propriedades para investimento e avaliado pelo valor justo.

Em 31 de dezembro de 2023, a controlada indireta CSA disponibilizou o imóvel para venda. Vide maiores detalhes nas notas explicativas nº11.b.3 – Imobilizado Disponível para venda.

Os valores apurados foram os seguintes:

	2023	2022
Custo residual do imóvel	-	19.144
Mais valia apurada (a)	-	11.236
	-----	-----
Valor justo (b)	-	30.380
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$3.820 em 31 de dezembro de 2022.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2022. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

6) Imóveis Montes Claros (controlada indireta): Esses imóveis foram classificados como propriedades para investimento pela controlada indireta CSA e são assim compostos:

	2023	2022
Terreno e edificações (antiga MECA) (44.402 m ²)	36.340	36.644
Terreno da ESURB atrás da CODEVASF (2.770 m ²)	5.130	5.230
Terreno da ESURB Bairro Santa Rita II (2.580 m ²)	1.084	4.413
Terreno região nova Prefeitura (72.491 m ²)	21.172	20.800
	-----	-----
Total	63.726	67.087
	=====	=====
	2023	2022
Custo residual dos imóveis	36.458	39.890
Mais valia apurada (a)	27.268	27.197
	-----	-----
Valor justo (b)	63.726	67.087
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$9.271 (R\$9.245 em 31 de dezembro de 2022). Vide nota explicativa nº 21.b.1 às demonstrações financeiras.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para os respectivos exercícios. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

7) Imóveis Montes Claros (controladora): A Companhia adquiriu em 2016, terreno na cidade de Montes Claros - MG, com 214 mil metros quadrados de sua coligada indireta Encorpar Empreendimentos Imobiliários. Esse terreno completa uma área contígua já de propriedade da Companhia, num total de 549 mil metros quadrados. Com o direcionamento destes imóveis para renda, os terrenos foram registrados na rubrica “Propriedades para investimento” naquela data, a valor justo.

Os valores apurados foram os seguintes:

	2023	2022
Custo residual do imóvel	52.273	52.273
Mais valia apurada	63.316	61.577
	-----	-----
Valor justo	115.589	113.850
	=====	=====

O valor justo foi apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, para os respectivos exercícios. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis. O efeito dos impostos no valor de R\$18.564 (R\$17.973 em 31 de dezembro de 2022) estão registrados na rubrica de impostos diferidos. Vide nota explicativa nº 21.b às demonstrações financeiras.

11. IMOBILIZADO E IMOBILIZADO DISPONÍVEL PARA VENDA

a. Imobilizado:

Os saldos consolidados de ativos imobilizados são conforme segue:

	Taxa (*) %	2023			2022
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e benfeitorias	7,8	53.344	(19.343)	34.001	38.424
Edifícios	2,5	390.579	(210.645)	179.934	196.596
Instalações	6,8	281.571	(217.446)	64.125	71.927
Máquinas e equipamentos	7,5	1.322.319	(1.094.578)	227.741	271.232
Usinas	7,7	63.180	(38.099)	25.081	27.100
Móveis, utensílios e outros	7,7	121.384	(110.505)	10.879	14.098
Obras em andamento	-	60.703	-	60.703	65.785
		-----	-----	-----	-----
		2.293.080	(1.690.616)	602.464	685.162
Propriedade de uso por controlada indireta (**)		64.389	-	64.389	63.800
		-----	-----	-----	-----
		2.357.469	(1.690.616)	666.853	748.962
		=====	=====	=====	=====

(*) Taxa média ponderada anual de depreciação, excluindo os itens totalmente depreciados.

(**) Vide nota explicativa nº 10.4 às demonstrações financeiras.

A movimentação dos saldos consolidados de ativos imobilizados é conforme segue:

	Terrenos e benfeitorias	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Usinas	Móveis, utensílios e outros	Obras em andamento (1)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	38.342	205.561	78.692	300.754	26.325	16.432	85.278	751.384
Adições	3.685	-	253	3.884	2.797	1.631	2.494	14.744
Baixas líquidas	-	-	(61)	(267)	-	(98)	(176)	(602)
Transferências								
- Imobilizado	(1.307)	(192)	3.121	13.647	5	3.005	(18.279)	-
- Imobilizado disponível para venda	-	-	-	(102)	-	(1)	(131)	(234)
Variação cambial	583	806	126	47	-	(150)	(3.401)	(1.989)
Depreciação do exercício	(2.302)	(9.579)	(10.522)	(46.731)	(2.027)	(6.531)	-	(77.692)
Reversão (provisão) para perdas com ativos	(577)	-	318	-	-	(190)	-	(449)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	38.424	196.596	71.927	271.232	27.100	14.098	65.785	685.162
Adições	6.948	-	6	873	103	1.790	1.786	11.506
Baixas líquidas	(715)	-	(117)	(340)	(105)	(62)	-	(1.339)
Reversão de provisão para desvalorização de ativos baixados	685	-	109	-	-	-	-	794
Baixa para aporte de capital em coligada (2)	-	-	-	-	-	(334)	-	(334)
Reversão (provisão) para desvalorização de ativos	(3.286)	-	8	53	-	(401)	-	(3.626)
Transferências								
- Imobilizado	(167)	(196)	1.599	396	-	1.178	(2.810)	-
- Imobilizado disponível para venda	(616)	(1.661)	(363)	-	-	-	-	(2.640)
Variação cambial	(4.425)	(5.390)	(168)	(649)	-	30	(4.058)	(14.660)
Depreciação do exercício	(2.847)	(9.415)	(8.876)	(43.824)	(2.017)	(5.420)	-	(72.399)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	34.001	179.934	64.125	227.741	25.081	10.879	60.703	602.464
Total provisão para desvalorização de ativos	(4.068)	-	(14)	-	-	(3.992)	-	(8.074)

(1) Obras em andamento correspondem principalmente à modernização de máquinas e equipamentos.

(2) Vide nota explicativa nº 9.c.3 às demonstrações financeiras.

Anualmente, ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável, a Companhia avalia a recuperabilidade do ativo imobilizado. Em 31 de dezembro de 2023, o ativo imobilizado está deduzido de provisão para perda no valor de R\$8.074 (R\$5.242 em 31 de dezembro de 2022).

Tendo em vista a rentabilidade operacional e geração de caixa futuras, a Companhia e suas controladas não encontraram indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos como imobilizado.

b. Imobilizado disponível para venda

As subsidiárias da Companhia identificam os ativos que foram retirados das operações e segregados para venda. Esses ativos são formados basicamente pela atualização, no curso normal de suas operações, do parque industrial da subsidiária brasileira e por máquinas e equipamentos das unidades fabris da subsidiária americana que tiveram suas operações encerradas. Adicionalmente, os equipamentos disponibilizados para venda decorrentes da readequação das capacidades produtivas também foram incluídos nesta rubrica. Esses ativos foram avaliados pelo menor valor entre seu registro contábil e seu valor de possível realização, resultando no reconhecimento de perdas prováveis em sua realização (redução ao valor recuperável).

A movimentação dos saldos consolidados do imobilizado disponível para venda são conforme segue:

	2022	Variação cambial	Transferências		Adições (3)	Baixas	2023
			Imobilizado (1) (2)	Propriedades p/investimento (3)			
Custo	461.614	(31.562)	5.922	30.367	-	(8.800)	457.541
Depreciação	(389.135)	27.108	(3.282)	-	-	-	(365.309)
Provisão para desvalorização de ativos	(48.569)	3.137	-	-	(19.114)	-	(64.546)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	23.910	(1.317)	2.640	30.367	(19.114)	(8.800)	27.686
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

	2021	Adições	Baixa (4)	Variação Cambial	Transferência do imobilizado	2022
Depreciação	(421.283)	-	6.078	26.130	(60)	(389.135)
Provisão para desvalorização de ativos	(51.606)	12	-	3.025	-	(48.569)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	77.812	8.656	(62.271)	(388)	101	23.910
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Inclui imóvel da Companhia no valor de R\$616. No 1º Trimestre de 2024, a Companhia realizou acordo com o Banco Bradesco, para liquidação de empréstimos do grupo no valor de R\$21.978. Vide maiores detalhes na nota explicativa nº29 - Eventos subsequentes às demonstrações financeiras.

(2) Inclui imóveis da controlada indireta CSA no valor de R\$2.024. No 1º Trimestre de 2024, a Companhia realizou acordo com o Banco Sofisa, para liquidação de dívidas do grupo no valor de R\$27.871. Vide maiores detalhes na nota explicativa nº29 - Eventos subsequentes às demonstrações financeiras.

(3) Inclui imóveis da controlada indireta CSA no valor de R\$30.367. No 1º Trimestre de 2024, a Companhia realizou acordo com o Banco Luso Brasileiro, para liquidação de empréstimos do grupo no valor de R\$11.253. Em 2023, foi constituída a provisão para perda no valor de R\$19.114. Vide maiores detalhes nas notas explicativas nº10.5 - Propriedades para investimento e nº29 - Eventos subsequentes às demonstrações financeiras.

(4) No primeiro trimestre de 2022, foi realizada venda de aeronave por R\$78,3 milhões (US\$15,4 milhões), onde R\$45,8 milhões foi liquidado no primeiro trimestre e o saldo do leasing à pagar, no valor de R\$31,4 milhões, transferido ao comprador. Com a venda do ativo, a Companhia apurou resultado, já deduzidas comissões e outras despesas relativas a venda, no valor de R\$6,1 milhões, apresentados na rubrica "Outras, líquidas".

12. DIREITOS DE USO E ARRENDAMENTOS FINANCEIROS A RECEBER

A composição dos bens contratados como arrendamentos são como segue:

	Taxa (2) % a.a.	Consolidado			
		31.12.2023		31.12.2022	
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis (CSA e CTS – uso próprio)	37,9	2.513	(1.579)	934	1.743
Imóveis (SGUS – uso próprio)	8,3	42.975	(17.906)	25.069	30.878
Imóveis – lojas (AMMO – uso próprio)	21,6	83.144	(43.163)	39.981	49.442
Veículos	73,9	1.698	(1.656)	42	981
Propriedades para investimentos (1)		45.659	-	45.659	61.483
Total de direito de uso		175.989	(64.304)	111.685	144.527
Arrendamentos financeiros a receber (1)		85.672	-	85.672	100.241
		261.661	(64.304)	197.357	244.768

(1) Imóveis arrendados, e subarrendados em parte, pela controlada indireta SGUS.

(2) A taxa média de amortização corresponde ao prazo médio dos contratos de arrendamentos dos respectivos bens de direito de uso.

A movimentação consolidada dos bens contratados como arrendamentos são como segue:

	Imóveis	Imóvel – fábrica	Imóveis – SGUS	Imóveis – lojas	Veículos	Propriedades para investimento	Arrendamentos financeiros a receber	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	191	8.781	37.153	62.343	348	70.416	114.667	293.899
Variação cambial	-	(568)	(2.474)	-	-	(4.642)	(7.556)	(15.240)
Adições (1)	2.226	-	-	13.801	1.622	-	-	17.649
Baixas (2)	-	(7.721)	-	(8.578)	-	-	-	(16.299)
Amortização do exercício	(674)	(492)	(3.801)	(18.124)	(989)	-	-	(24.080)
Encargos	-	-	-	-	-	6.711	10.248	16.959
Subarrendamentos recebidos	-	-	-	-	-	(11.002)	(17.118)	(28.120)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.743	-	30.878	49.442	981	61.483	100.241	244.768
Variação cambial	-	-	(2.122)	-	-	(4.304)	(7.018)	(13.444)
Adições (1)	-	-	-	27.716	107	-	-	27.823
Baixas (2)	-	-	-	(18.801)	-	(6.875)	-	(25.676)
Amortização do exercício	(809)	-	(3.687)	(18.376)	(1.046)	-	-	(23.918)
Encargos	-	-	-	-	-	6.052	9.240	15.292
Subarrendamentos recebidos	-	-	-	-	-	(10.697)	(16.791)	(27.488)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	934	-	25.069	39.981	42	45.659	85.672	197.357

(1) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação de contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

(2) Contratos de aluguel encerrados antecipadamente.

Os valores a receber decorrentes do subarrendamento dos imóveis em seus valores contratados são como segue:

Ano	Arrendamentos financeiros a receber	
	2023	2022
2023	-	17.579
2024	16.551	17.838
2025	16.738	18.039
2026 em diante	86.758	93.504
	-----	-----
	120.047	146.960
Ajuste a valor presente	(34.375)	(46.719)
	-----	-----
	85.672	100.241
Circulante	(15.687)	(16.661)
	-----	-----
Não circulante	69.985	83.580
	=====	=====

Os valores registrados como arrendamento financeiro possui uma expectativa de cumprimento dos contratos de longo prazo com os subarrendatários e também, para alguns imóveis, uma expectativa de ocupação por algum período de vacância que são atualizados e avaliados anualmente. Em 31 de dezembro de 2023, a controlada indireta SGUS não possuía inadimplências com os contratos vigentes de subarrendamento.

13. INTANGÍVEL

	Consolidado	
	2023	2022
Ágio na aquisição da AMMO (1)	-	27.303
Marcas – próprias (2)	16.267	16.267
Marcas – licença de uso (3)	6.057	10.848
Propriedade intelectual (4)	725	9.784
Pontos comerciais (luvas) (5)	9.486	18.771
Outros	6	8
	-----	-----
Total	32.541	82.981
	=====	=====

A movimentação dos saldos consolidados dos ativos intangíveis foi como segue:

	Ágio na aquisição da AMMO (1)	Marcas - próprias (2)	Marcas - licença de uso (3)	Propriedade intelectual (4)	Pontos comerciais (5)	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	27.303	16.267	11.482	13.996	25.077	10	94.135
Adições	-	-	-	725	300	-	1.025
Amortização	-	-	(1.236)	(4.937)	-	(2)	(6.175)
Varição cambial	-	-	602	-	-	-	602
Provisão para desvalorização de ativos (2) (5)	-	-	-	-	(6.606)	-	(6.606)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	27.303	16.267	10.848	9.784	18.771	8	82.981
Adições	-	-	-	-	1.110	-	1.110
Baixas	-	-	-	-	(4.758)	-	(4.758)
Reversão de provisão para desvalorização de ativos baixados	-	-	-	-	4.016	-	4.016
Baixa do ágio na aquisição da AMMO	(27.303)	-	-	-	-	-	(27.303)
Reversão (provisão) para desvalorização de ativos	-	-	-	-	(5.761)	-	(5.761)
Baixa para aporte de capital em coligada (4)	-	-	-	(6.905)	-	-	(6.905)
Amortização	-	-	(1.237)	(2.154)	(3.892)	(2)	(7.285)
Varição cambial	-	-	(3.554)	-	-	-	(3.554)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	16.267	6.057	725	9.486	6	32.541

(1) Ágio na aquisição da AMMO: Ágio decorrente de investimento na AMMO.

Anualmente, a Companhia avalia a recuperabilidade deste ágio, utilizando, para tanto, práticas consideradas de mercado, como o fluxo de caixa descontado de sua unidade que possui ágio alocado. A recuperabilidade do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Caso algum fato ou circunstância indique o comprometimento da recuperabilidade do ágio, o teste é antecipado.

O período de projeção dos fluxos de caixa para dezembro de 2023 foi de cinco anos. As premissas utilizadas para determinar o valor justo pelo método do fluxo de caixa descontado incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da Administração para fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. Adicionalmente, a perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos.

A taxa de desconto utilizada foi de 13,3% a.a. e a taxa de crescimento da perpetuidade considerada foi de 3% a.a. A taxa de desconto utilizada foi determinada levando em consideração informações de mercado disponíveis na data do teste. Em junho de 2023, devido a atual situação da controlada indireta, foi realizado a baixa deste ágio para o resultado (apresentado na rubrica “Outras, líquidas – baixa ágio de controlada”).

(2) Marcas – próprias: As marcas próprias estão registradas ao custo de aquisição, possuem vida útil indefinida, portanto não são amortizadas.

(3) Marcas – licença de uso: Representa o licenciamento do uso da marca “Santista” na Argentina e é amortizado pelo prazo do contrato em 15 anos.

(4) Propriedade intelectual: Refere-se à software desenvolvido para unificação dos canais de venda no varejo (lojas físicas e E-commerce), e é amortizado em 5 anos. Em outubro de 2023, a controlada indireta AMMO realizou investimento na coligada A11I Tecnologia S.A. através do aporte do intangível no valor de R\$6.905. Vide nota explicativa nº 9.c.3 às demonstrações financeiras.

(5) Pontos comerciais (luvas): Os valores referentes aos pontos comerciais (luvas) estão registrados pelo custo de aquisição dos respectivos pontos de vendas deduzidos de provisão para perda no valor de R\$14.925 (R\$13.180 em 31 de dezembro de 2022), baseado em seus valores de mercado determinados por empresa independente com especialização para avaliação dos mesmos, e pelos fluxos de caixa de suas respectivas lojas. A partir de 2023, a controlada indireta AMMO, com base em eventos e circunstâncias atuais do mercado de varejo, passou a adotar o regime de vida útil definida para realização desses ativos, com base no prazo médio de seus contratos de locação e geração de caixa de suas lojas. Portanto, passou a amortizar o ativo em 5 anos a partir de seu valor líquido de provisão em 31 de dezembro de 2022, e conseqüentemente sem efeitos de amortização no período anterior.

Os itens de (2) a (5) acima são testados anualmente quanto a sua recuperabilidade. A Companhia não identificou indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos nesses intangíveis.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	Taxa anual de juros - %	Venci- mento	Controladora	
				2023	2022
Moeda nacional:					
Banco Votorantim S.A.	R\$	2,4 + CDI	2023	-	42.248
Banco Fibra S.A. - CCB	R\$	115,0 do CDI	2025	-	44.270
Banco Fibra S.A. - CCE	R\$	9,6 + CDI	2024	3.376	-
Caixa Econômica Federal	R\$	180,0 do CDI	2023	-	8.155
Banco Industrial do Brasil S.A.	R\$	8,3 e 8,8 + CDI	2024	28.224	22.393
Outros	R\$	-	2024	7.840	561
				-----	-----
				39.440	117.627
Moeda estrangeira:					
Banco Industrial do Brasil S.A. - PPE/ACE	US\$	14,0	2024	1.064	1.140
SP Investidor IV, LLC	US\$	13,0	2023	-	45.874
				-----	-----
				1.064	47.014
Total				-----	-----
Circulante				40.504	164.641
				-----	-----
				(40.504)	(125.641)
				-----	-----
Não circulante				-	39.000
				=====	=====

	Moeda	Taxa anual de juros - %	Venci- mento	Consolidado	
				2023	2022
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A. (a)(1)	R\$	120,0 do CDI	2030	459.536	391.010
Bradesco S.A. (b) (1)(2)	R\$	6,1 e 6,3 + CDI	2027	44.601	41.161
Banco Votorantim S.A.	R\$	2,4 + CDI	2023	-	42.248
Banco BBM S.A. – CCB	R\$	7,0 + CDI	2025	12.814	12.603
Banco ABC do Brasil S.A.	R\$	4,9 + CDI	2026	25.764	40.134
Banco Fibra S.A. - CCE	R\$	5,0 e 9,6 + CDI e 168,0 do CDI	2024	24.530	32.214
Banco Fibra S.A. - CCB	R\$	115,0 do CDI	2025	-	44.270
BNDES (Finame)	R\$	3,0 a 9,5	2023	-	6
Banco Safra S.A.	R\$	6,5 a 10,7 + CDI	2026	23.141	59.540
Caixa Econômica Federal	R\$	180,0 do CDI	2023	-	13.752
Banco Daycoval S.A.	R\$	7,1 e 9,8 + CDI	2026	23.096	36.241
Banco Pine S.A.	R\$	9,1 + CDI	2024	158	1.263
Banco Sofisa S.A.	R\$	6,7 a 8,3 + CDI	2028	40.665	40.120
Banco Industrial do Brasil S.A.	R\$	5,2 a 9,0 + CDI	2025	79.617	49.734
Banco BTG Pactual S.A.	R\$	13,9	2023	-	2.277
Banco Santander S.A. (c) (1)(2)	R\$	5,6 + CDI	2024	2.741	8.248
Banco ABC Brasil S.A. – CCB	R\$	3,9 a 6,3 + CDI	2026	16.494	18.553
Financiadora de Estudos e Projetos	R\$	4,4	2025	9.561	13.951
Banco Daycoval S.A.	R\$	14,9	2026	1.326	1.797
Banco Luso Brasileiro S.A.	R\$	8,9 + CDI	2027	10.388	-
SFT Fundo de investimento em direitos creditórios	R\$	14,7 + CDI	2025	4.968	-
Outros	R\$	-	2026	27.814	30.616
				-----	-----
				807.214	879.738
Moeda estrangeira:					
Banco Patagônia	\$ARG	38,7	2024	2.447	100
Banco Luso Brasileiro S.A.	US\$	13,3 e 13,5	2023	-	8.031
Banco do Brasil S.A.	US\$	5,0 e 8,5	2024	74.166	67.162
Banco Industrial do Brasil S.A. - PPE/ACE	US\$	13,2 e 14,0	2024	3.500	1.140
Banco Safra S.A.	US\$	7,9	2023	-	18.590
SP Investidor IV, LLC	US\$	13,0	2023	-	45.874
TopFashion Business Co, Ltd. (d) (1)	US\$	3,8 + SOFR	2026	100.870	-
				-----	-----
				180.983	140.897
Total				988.197	1.020.635
Circulante				(474.072)	(873.790)
Não circulante				514.125	146.845
				=====	=====

(1) Em 2023, a controlada indireta CSA e controlada CTS não cumpriram certos índices financeiros relativos a esses empréstimos, mas devido a renegociações em 2024, mantiveram os vencimentos originais desses empréstimos. Conforme determina o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, apresentamos os respectivos empréstimos no passivo circulante no balanço patrimonial.

Os valores reclassificados foram como segue:

	Vencimento Original	Consolidado		Apresentação Balanço
		Reclassificação CSA	Reclassificação CTS	
Circulante	474.072	308.773	115.402	898.247
Não circulante	514.125	(308.773)	(115.402)	89.950
	-----	-----	-----	-----
Total dos Empréstimos	988.197	-	-	988.197
	=====	=====	=====	=====

(2) Continua contratos da controlada indireta CSA com cláusulas de vencimento antecipado, os quais suas parcelas de longo prazo, no valor de R\$15.135, foram reclassificadas para o passivo circulante no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022.

Os valores reclassificados foram como segue:

	Consolidado		
	Vencimento original	Reclassificação	Apresentação Balanço
Circulante	873.790	15.135	888.925
Não circulante	146.845	(15.135)	131.710
Total dos Empréstimos	1.020.635	-	1.020.635

(a) Inclui empréstimos da controlada indireta CSA (R\$441.088 em 31 de dezembro de 2023 e R\$375.214 em 31 de dezembro de 2022) e da controlada indireta CTS (R\$18.448 em 31 de dezembro de 2023 e R\$15.796 em 31 de dezembro de 2022), com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde em ambos contratos, a controlada SGPSA, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo 3,5 vezes em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais.

(b) Empréstimos da controlada indireta CSA, em parte dos contratos, empréstimos com cláusula contratual de vencimento antecipado, onde a controlada indireta CSA comprometeu-se a cumprir o seguinte índice financeiro em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais: razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo 2,5 vezes.

(c) Empréstimos da controlada indireta CSA, com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a controlada SGPSA, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 3,0 vezes; (ii) razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido no máximo 0,7 vezes; e (iii) razão entre o EBITDA e a despesa financeira líquida no mínimo 2,0 vezes.

(d) Empréstimo da controlada indireta CTS, com cláusula de vencimento antecipado, onde a controlada indireta comprometeu-se a cumprir alguns covenants operacionais durante a vigência do contrato de empréstimo. A SOFR (Secured Overnight Financing Rate) é uma taxa de financiamento utilizada em captações de recursos garantidos por títulos do governo dos Estados Unidos (US Treasury bonds).

Os termos utilizados para descrever os índices financeiros descritos nos itens (a), (b), (c) e (d) acima, têm sua definição determinada em contrato e podem diferir das rubricas contábeis.

Os empréstimos são garantidos por: (i) imóveis, máquinas e equipamentos, gravados em 1º grau; (ii) fiança da Companhia; e (iii) por duplicatas a receber.

Os vencimentos (originais) dos empréstimos consolidados são como segue:

	2024	2025	2026	2027	2028 a 2030	Total
Moeda nacional:						
Banco do Brasil S.A. (*)	162.751	65.489	54.882	55.094	121.320	459.536
Bradesco S.A. (*)	18.081	10.608	10.608	5.304	-	44.601
Banco BBM S.A. - CCB	12.111	703	-	-	-	12.814
Banco ABC do Brasil S.A.	8.173	11.087	6.504	-	-	25.764
Banco Fibra S.A. - CCE	24.530	-	-	-	-	24.530
Banco Safra S.A.	17.322	4.364	1.455	-	-	23.141
Banco Daycoval S.A.	8.950	8.293	5.853	-	-	23.096
Banco Pine S.A.	158	-	-	-	-	158
Banco Sofisa S.A.	21.309	6.574	6.574	5.356	852	40.665
Banco Industrial do Brasil S.A.	74.745	4.872	-	-	-	79.617
Banco Santander S.A.	2.741	-	-	-	-	2.741
Banco ABC Brasil S.A. - CCB	8.144	6.716	1.634	-	-	16.494
Financiadora de Estudos e Projetos	5.188	4.373	-	-	-	9.561
Banco Daycoval S.A.	493	476	357	-	-	1.326
Banco Luso Brasileiro S.A.	4.240	2.732	2.733	683	-	10.388
SFT Fundo de investimento em direitos Creditórios	3.037	1.931	-	-	-	4.968
Outros	21.986	3.343	2.301	184	-	27.814
	393.959	131.561	92.901	66.621	122.172	807.214
Moeda estrangeira:						
Banco Patagônia	2.447	-	-	-	-	2.447
Banco do Brasil S.A.	74.166	-	-	-	-	74.166
Banco Industrial do Brasil S.A. - PPE/ACE	3.500	-	-	-	-	3.500
TopFashion Business Co, Ltd. (*)	-	-	100.870	-	-	100.870
	80.113	-	100.870	-	-	180.983
Total	474.072	131.561	193.771	66.621	122.172	988.197

(*) Contratos com cláusulas de vencimento antecipado, os quais suas parcelas de longo prazo foram reclassificados para o passivo circulante no balanço patrimonial.

Considerando os eventos subsequentes a 31 de dezembro de 2023, vide maiores detalhes na nota explicativa nº29.b às demonstrações financeiras.

A movimentação consolidada dos empréstimos e debêntures foi como segue:

	2023			2022
	Empréstimos	Debêntures	Total	Total
Saldo no início do exercício	1.020.635	338.520	1.359.155	1.489.431
Novas captações ou renovações	314.092	-	314.092	548.925
Juros provisionados (1)	166.072	63.121	229.193	247.977
Amortização de principal	(355.993)	(16.000)	(371.993)	(689.235)
Pagamento de juros	(122.170)	(15.708)	(137.878)	(184.468)
Variação cambial	(7.363)	-	(7.363)	(11.838)
Encargos antecipados, líquidos	2.340	3.287	5.627	(10.240)
Encerramento antecipado leasing	-	-	-	(31.397)
Alienação de créditos tributários (4)	(29.416)	-	(29.416)	-
Saldo no final do exercício	988.197	373.220	1.361.417	1.359.155

(4) Em fevereiro de 2023, a controlada indireta CSA firmou um contrato de venda dos créditos de precatórios com o Banco Safra, pelo montante de R\$23.187. Considerando a opção de recompra dos créditos, a controlada indireta CSA tratava a operação como um empréstimo, e manteve ambos saldos registrados no balanço. Dada a situação atual da controlada indireta CSA, não há expectativas de recompra dos direitos creditórios, portanto, os saldos foram baixados em dezembro de 2023. O efeito no resultado foi uma perda no montante de R\$61.264, registrados na rubrica “Outras líquidas”. Vide baixa do ativo na nota explicativa 21.d às demonstrações financeiras.

15. DEBÊNTURES

a) Em 26 de julho de 2021 a controlada indireta CSA emitiu 160.000 debêntures não conversíveis em ações (5ª emissão de debêntures), com as características abaixo, a qual, em 4 de agosto de 2021, foram integralmente subscritas pela Virgo Companhia de Securitização (“Virgo”). As características das debêntures são as seguintes:

Características da 5ª emissão de debêntures

Quantidade de debênture emitida	160.000
Valor unitário da debênture (valor em reais)	R\$1.000,00
Amortização	120 parcelas iguais
Vencimento inicial	18/08/2021
Vencimento final	17/07/2031
Remuneração	IPCA + 9,25%a.a.
Amortização da remuneração	Mensal
Garantias	(1)
Cláusulas de vencimento antecipado (covenants)	(2)

As Debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sendo coordenada pelo Banco Votorantim.

Em 4 de agosto de 2021, foi firmado com a Virgo distribuição pública com esforços restritos de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI no mercado brasileiro, nos termos da Instrução da CVM nº 414 e da Instrução CVM nº 476 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tendo como lastro as debêntures emitidas pela controlada indireta CSA, os quais foram totalmente subscritos.

Os recursos ingressaram na controlada indireta CSA na data da subscrição dos CRI. As despesas de emissão da Debênture e de emissão dos CRI, no valor de aproximadamente R\$5.887, equivalentes a 3,67% do valor total de emissão, serão amortizados como custo da operação, juntamente com os encargos da Debênture, na proporção de seu saldo devedor.

Parte dos recursos foram destinados obrigatoriamente para pagamento integral da 4ª emissão de debênture junto ao Banco Itaú BBA S.A.

(1) Garantia Real: Imóveis da controlada indireta CSA, referidos nos itens 1 e 2 da nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, cujo valor de avaliação deve manter-se superior a 1,8 vezes o saldo devedor das Debêntures no 1º ano e nos seguintes 2,0 vezes. Adicionalmente, os contratos de locação do imóvel fazem parte da garantia, podendo o agente fiduciante, em caso de inadimplimento reter os recebíveis de alugueis até a solução da inadimplência.

Garantia Fidejussória: Fiança prestada pela controlada SGPSA e por Josué Christiano Gomes da Silva.

(2) Cláusulas de vencimento antecipado (covenants):

A controlada SGPSA na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros em suas demonstrações financeiras consolidadas semestrais: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 3,0 vezes em 2021 e 2,5 vezes em 2022 e 2,25 vezes a partir de 2023; (ii) razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido no máximo 0,80 vezes. Após a conclusão da venda

de investimento na controlada indireta SGUS, razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido no máximo 0,65 vezes em 2022 e 2023 e 0,60 vezes a partir de 2024; e (iii) razão entre o Ativo Circulante e o Passivo circulante (excluídos os impactos da controlada indireta SGUS) de no mínimo 1,2 vezes.

A controlada indireta CSA, diante do não cumprimento de certos índices financeiros relativos a essas debêntures em dezembro de 2023, apresentou as parcelas de longo prazo no passivo circulante no balanço patrimonial. Os valores reclassificados foram como segue:

	Vencimento original	Reclassificação	Apresentação balanço
Circulante	18.612	122.538	141.150
Não circulante	122.538	(122.538)	-
Total das Debêntures	141.150	-	141.150

(b) Em 30 de maio de 2022 a controlada indireta AMMO aprovou a emissão de até 300.000.000 debêntures conversíveis em ações, nos termos do artigo 57 da lei das Sociedades por Ações (1ª emissão de debêntures), as quais, em 20 de junho de 2022, foram subscritas 180.000.000 debêntures pela Odernes Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (Odernes). As 120.000.000 debêntures emitidas e não subscritas, poderiam ter sido subscritas até 1º de Junho de 2023. Como a subscrição não ocorreu, elas foram canceladas.

As características das debêntures são as seguintes:

Características da 1ª emissão de debêntures

Quantidade de debêntures emitidas	300.000.000
Quantidade de debêntures subscritas	180.000.000
Valor unitário da debênture (valor em reais)	R\$1,00
Amortização	Parcela única no vencimento
Vencimento	20/06/2027
Remuneração	20% a.a. (capitalização trimestral)
Amortização da remuneração	Parcela única no vencimento do principal

As debêntures foram objeto de colocação privada sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou a realização de qualquer esforço de venda perante público em geral, que possa caracterizar uma distribuição pública de valores mobiliários.

Conversão em ações:

As debêntures, incluindo todos os demais valores devidos no âmbito desta Emissão, poderão ser convertidas em ações a serem emitidas pela controlada indireta AMMO., no vencimento das debêntures ou na ocorrência de um evento de liquidez (oferta pública de ações), sendo: (i) 25% do saldo das debêntures de forma mandatória e, (ii) 75% do saldo das debêntures a exclusivo critério do debenturista.

Destinação dos recursos: Os recursos serão utilizados para reforço do capital de giro e suportar o plano de expansão do varejo.

Garantias:

Garantia Real: Alienação fiduciária das ações de emissão da controlada indireta AMMO.

	2023	2022
Valor recebido:		
Valor subscrito	180.000	180.000
Comissão de estruturação	(4.950)	(4.950)
Despesas com assessores (reembolso)	(2.647)	(2.647)
	-----	-----
Total recebido	172.403	172.403
	=====	=====
Despesas de emissão:		
Comissão de estruturação total	8.250	8.250
Despesas com assessores	6.851	6.851
	-----	-----
	15.101	15.101
Amortização das despesas de emissão	(4.614)	(1.593)
	-----	-----
Total de despesas a amortizar	10.487	13.508
	=====	=====

Os recursos ingressaram na controlada indireta AMMO VAREJO S.A. na data da subscrição. As despesas de emissão das debêntures, no valor de R\$15.101, serão amortizadas mensalmente como custo da operação até o vencimento das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2023, diante de obrigação ("Covenant") não cumprida, a controlada AMMO., apresentou as parcelas de longo prazo no passivo circulante no balanço patrimonial. Exceto pelo não cumprimento dessa obrigação não pecuniária, a controlada indireta AMMO está adimplente com suas obrigações contratuais.

Considerando os eventos subsequentes a 31 de dezembro de 2023, vide maiores detalhes na nota explicativa nº29.b às demonstrações financeiras.

Os saldos das debêntures, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, eram assim compostos:

	Debêntures		Consolidado	
	5ª emissão (a)	1ª emissão (b)	2023	2022
Valor original	121.333	180.000	301.333	317.333
Encargos antecipados	(2.014)	(10.487)	(12.501)	(15.789)
Juros provisionados	21.831	62.557	84.388	36.976
	-----	-----	-----	-----
Total das debêntures	141.150	232.070	373.220	338.520
Circulante	(141.150)	(232.070)	(373.220)	(17.763)
	-----	-----	-----	-----
Não circulante	-	-	-	320.757
	=====	=====	=====	=====

16. FORNECEDORES

	Consolidado	
	2023	2022
Mercado interno	305.107	279.194
Mercado externo	39.762	37.283
	-----	-----
	344.869	316.477
	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de, aproximadamente 158 dias (90 dias em 31 de dezembro de 2022).

17. CONCESSÕES GOVERNAMENTAIS

A controlada indireta CSA participa em consórcio de concessão de geração de energia elétrica com as empresas CEMIG Geração e Transmissão S.A. e Vale (denominada anteriormente Companhia Vale do Rio Doce), em partes iguais de 33,33%, para cuja administração não foi constituída empresa com característica jurídica independente. São mantidos controles nos registros contábeis da CSA, equivalentes à sua participação.

Como retribuição pela outorga da concessão, a controlada indireta CSA e as demais consorciadas pagarão à União parcelas ao longo do tempo de concessão, conforme demonstrado abaixo.

Início do prazo de concessão: 10 de julho de 1997
 Prazo de concessão: 35 anos
 Valor total da concessão: R\$333.310
 Atualização monetária: IGP-M

Parcelas anuais demonstrando os valores totais da concessão:

	5º ao 15º ano 2002 a 2012	16º ao 25º ano 2013 a 2022	26º ao 35º ano 2023 a 2032
	-----	-----	-----
Valores históricos:			
Parcela mínima	120	120	120
Parcela adicional	-	12.510	20.449
	-----	-----	-----
Parcela anual	120	12.630	20.569
Parcelas totais	1.320	126.300	205.690
Parcelas atualizadas	10.456	1.000.425	1.629.255
	=====	=====	=====

A controlada indireta CSA reconhece as despesas incorridas pelo regime de competência, em contrapartida ao passivo não circulante, de forma linear, tendo como base sua participação no valor total da outorga; 33,33%, a valor presente, considerando a taxa básica de juros na contratação da concessão, atualizada pelo IGP-M.

As movimentações ocorridas nos saldos da concessão, são como segue:

	Consolidado	
	2023	2022
Saldo inicial	94.517	95.584
Apropriação das parcelas da outorga	6.250	6.421
Baixas (a)	(59.000)	(40.477)
Juros (7,5% a.a.)	30.950	30.641
Variação monetária (IGP-M)	928	2.348
	-----	-----
Saldo a vencer do contrato	73.645	94.517
Parcelas em atraso (b)	187.893	-
	-----	-----
Total	261.538	94.517
Circulante	(242.201)	(56.253)
	-----	-----
Não circulante	19.337	38.264
	=====	=====

(a) As baixas representam as parcelas vencidas mensalmente conforme previsto no contrato de concessão.

(b) Em maio de 2023, a controlada indireta CSA ingressou com ação judicial solicitando o restabelecimento do equilíbrio econômico do contrato de concessão, mediante a substituição do índice de correção monetária definido no referido contrato, para que os valores das UBP's sejam corrigidos de acordo com o IPCA, apurando se, ainda, o montante pago a maior em razão da aplicação de tal índice durante o período de 2013 a 2023.

Os valores apresentados no ativo imobilizado, objeto da presente concessão, em 31 de dezembro de 2023, somam R\$14.759 (R\$16.193 em 31 de dezembro de 2022) e consideram a participação da CSA nos investimentos realizados para a construção da Usina Hidroelétrica de Porto Estrela, localizada no Rio Santo Antônio, a 270 km de Belo Horizonte, com potência instalada de 112MW. A referida Usina iniciou sua geração no final de 2001.

18. ARRENDAMENTOS A PAGAR

A composição dos arrendamentos a pagar é como segue:

	Vencimentos	Consolidado	
		2023	2022
Imóveis	2024	1.013	1.810
SGUS (*)	2030	173.973	212.808
Imóveis – lojas	2028	42.573	53.436
Veículos	2023	45	1.002
		-----	-----
		217.604	269.056
Circulante		(49.867)	(58.734)
		-----	-----
Não circulante		167.737	210.322
		=====	=====

(*) Passivo correspondente aos ativos de direito de uso classificados como: (i) Imóveis - SGUS; (ii) Propriedades para investimento; e (iii) Arrendamentos financeiros a receber. Vide nota explicativa nº 12 às

demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta os lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos ao valor presente e possibilita a utilização de expedientes práticos. A Administração da Companhia considerou como componente de arrendamento para lojas somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, nos quais consideramos os prazos vigentes nos contratos. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar, e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento (variam entre 9% e 10% ao ano).

Os vencimentos dos arrendamentos consolidados são como segue:

	2024	2025	2026	2027 a 2030	Total
Imóveis	830	249	-	-	1.079
SGUS	33.997	34.271	34.548	141.016	243.832
Imóveis – lojas	18.226	13.838	9.785	10.138	51.987
Veículos	47	-	-	-	47
Total bruto	53.100	48.358	44.333	151.154	296.945
Ajuste a valor presente	(3.233)	(6.942)	(9.773)	(59.393)	(79.341)
Total a pagar	49.867	41.416	34.560	91.761	217.604

A movimentação consolidada dos arrendamentos a pagar é como segue:

	2023				2022	
	Imóveis	SGUS	Imóveis - lojas	Veículos	Total	Total
Saldo no início do exercício	1.810	212.808	53.436	1.002	269.056	320.615
Adições (1)	-	-	27.716	107	27.823	17.651
Baixas (2)	-	(7.526)	(20.326)	-	(27.852)	(18.356)
Encargos	134	20.052	4.761	53	25.000	28.607
Pagamentos	(931)	(36.473)	(23.014)	(1.117)	(61.535)	(62.773)
Variação cambial	-	(14.888)	-	-	(14.888)	(16.688)
Saldo no final do exercício	1.013	173.973	42.573	45	217.604	269.056

(1) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação de contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

(2) Contratos de aluguel encerrados antecipadamente.

Os efeitos no resultado para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são como segue:

	2023				2022	
	Imóveis	SGUS	Imóveis - lojas	Veículos	Consolidado	Consolidado
Arrendamentos pagos no período	931	36.473	23.014	1.117	61.535	62.773
PIS e COFINS recuperado	-	-	(2.129)	-	(2.129)	(2.120)
Amortização de direitos de uso	(809)	(3.687)	(18.376)	(1.046)	(23.918)	(24.080)
PIS e COFINS sobre amortização	-	-	1.754	-	1.754	1.606
Encargos, líquidos	(134)	(4.760)	(4.761)	(53)	(9.708)	(11.648)
PIS e COFINS sobre juros	-	-	375	-	375	513
Baixas, líquidas	-	651	1.525	-	2.176	2.057
Subarrendamentos recebidos	-	(27.488)	-	-	(27.488)	(28.120)
Total dos efeitos com a aplicação da norma IFRS 16	(12)	1.189	1.402	18	2.597	981

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está representado como segue:

	Nº de ações	
	2023	2022
Ordinárias	13.912.800	13.912.800
Preferenciais	16.723.657	16.723.657
	30.636.457	30.636.457

Não houve movimentação do número de ações subscritas e realizadas para o período entre 1º de janeiro de 2022 e 31 de dezembro de 2023.

Todas as ações são nominativas e sem valor nominal. As ações preferenciais não possuem direito de voto e gozam das seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso do capital na hipótese de liquidação; e (b) direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, ao mesmo preço e nas mesmas condições ofertadas aos acionistas controladores alienantes, assegurando o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

b. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 1/3 do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o Estatuto e a Lei das Sociedades por Ações.

c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

20. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Consolidado	
	A receber	
	2023	2022
Innotex International Ltd.	15.756	16.171
Holtex, Inc.	1.687	1.784
Empr. Nac. Com. Rédito e Particip. S.A. – ENCORPAR - em Recuperação Judicial	60.640	74.465
Wembley S.A.	160.626	130.651
	-----	-----
	238.709	223.071
	=====	=====
	Encargos financeiros (consolidado)	
	2023	2022
Wembley S.A.	27.788	17.843
Empr. Nac. Com. Rédito e Particip. S.A. – ENCORPAR - em Recuperação Judicial	8.808	9.219
JAGS - José Alencar Gomes da Silva	2.786	1.757
Innotex International Ltd.	773	545
Seda S.A.	(394)	3.378
Encorpar Empr. Imob. Ltda. - em Recuperação Judicial	(230)	(741)
Econorte - Empr. Constr. Norte de Minas Ltda.	(620)	(145)
Seda, Inc.	1.671	1.183
432 Park Avenue	92	-
Fazenda do Cantagalo Ltda. - em Recuperação Judicial	(909)	(184)
Parigi Imobiliária S.A.	(64)	(14)
Companhia Tropical de Alimentos e Participações	-	206
Holtex, Inc.	-	65
	-----	-----
	39.701	33.112
	=====	=====

Os saldos referem-se a mútuos contratados com a Companhia em condições equitativas de acordo com as práticas de mercado. Os encargos são calculados de acordo com o custo médio dos empréstimos da companhia cedente do recurso.

Em Reunião do Conselho de Administração da controlada SGPSA, realizada em 29 de dezembro de 2015, foi autorizado o pagamento de comissão de 2% a.a. (dois por cento ao ano), limitado ao valor cumulativo de R\$47.750 sobre avais/garantias prestados pela Companhia sobre empréstimos e financiamentos tomados pela controlada SGPSA e suas controladas. Em 31 de dezembro de 2023, não há saldo contabilizado na rubrica “Outras contas a pagar” no passivo circulante (R\$2.935 em 31 de dezembro de 2022), referentes a avais sobre contratos e linhas de créditos já existentes. Em 2023, foi apropriado o valor de R\$2.935 como receita financeira na rubrica “Receitas financeiras” (R\$2.936 em 2022). Esses valores são eliminados nas demonstrações consolidadas.

A Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda (em recuperação judicial), empresa ligada, e a controlada CTS possuem contrato de locação do imóvel onde se situam os escritórios da controlada. Em 2023, foram efetuados pagamentos no valor de R\$826 (R\$792 em 2022).

Os valores pagos a diretores e pessoas-chave da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Honorários da administração” e incluem os benefícios de longo prazo e pós-emprego, quando aplicáveis.

Os saldos dos honorários da administração estão demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Conselheiros (Companhia)	1.311	1.349	1.311	1.349
Conselheiros (Controladas)	-	-	3.342	2.758
Diretores estatutários (Companhia)	1.587	1.235	1.587	1.235
Diretores estatutários (Controladas)	-	-	5.482	5.308
Outros diretores (Controladas)	-	-	10.690	11.491
	-----	-----	-----	-----
	2.898	2.584	22.412	22.141
	=====	=====	=====	=====

21. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E OUTROS IMPOSTOS

a. Conciliação dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social)

	2023					
	CTNM Controladora	Oxford Consolidado	CSA Consolidado	SGUS	Outros (1)	CTNM Consolidado
Resultado antes dos impostos	(701.231)	(93.387)	(921.321)	(126.828)	615.297	(1.227.470)
Equivalência patrimonial	648.737	-	(5)	-	(622.933)	25.799
Subvenção para investimentos	-	-	(4.004)	-	-	(4.004)
Diferenças permanentes de controladas no exterior	-	-	-	(37)	-	(37)
Outros	246	(5.231)	481	-	-	(4.504)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos	(52.248)	(98.618)	(924.849)	(126.865)	(7.636)	(1.210.216)
Alíquota de 34%	17.764	33.530	314.449	43.134	2.596	411.473
Créditos fiscais não constituídos	(4.243)	(34.171)	(311.636)	(58.075)	(4.919)	(413.044)
Outros	-	270	(331)	-	24	(37)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	13.521	(371)	2.482	(14.941)	(2.299)	(1.608)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Impostos sobre o lucro – corrente	-	(360)	(336)	(49)	(2.299)	(3.044)
Impostos sobre o lucro – diferido	13.521	(11)	2.818	(14.892)	-	1.436
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	13.521	(371)	2.482	(14.941)	(2.299)	(1.608)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

	2022					CTNM Consolidado
	CTNM Controladora	Oxford Consolidado	CSA Consolidado	SGUS	Outros (1)	
Resultado antes dos impostos	(371.361)	(9.098)	(586.775)	(13.865)	326.352	(654.747)
Equivalência patrimonial	320.380	-	-	-	(323.188)	(2.808)
Subvenção para investimentos	-	-	(17.167)	-	-	(17.167)
Diferenças permanentes de controladas no exterior	-	-	-	(1.172)	-	(1.172)
Outros	153	1	628	-	-	782
Base de cálculo dos impostos	(50.828)	(9.097)	(603.314)	(15.037)	3.164	(675.112)
Alíquota de 34%	17.282	3.093	205.127	5.112	(1.075)	229.539
Créditos fiscais não constituídos	(22.225)	(816)	(227.846)	(5.163)	(604)	(256.654)
Outros	-	13.712	(1.287)	-	24	12.449
Total dos impostos sobre o lucro	(4.943)	15.989	(24.006)	(51)	(1.655)	(14.666)
Impostos sobre o lucro – corrente	-	(1.195)	(1.291)	(51)	(1.655)	(4.192)
Impostos sobre o lucro – diferido	(4.943)	17.184	(22.715)	-	-	(10.474)
	(4.943)	15.989	(24.006)	(51)	(1.655)	(14.666)

(1) Inclui efeito cambial de controladas no exterior, resultado de controladas não operacionais e eliminações para a consolidação.

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, na condição de controladora, tem como resultado basicamente equivalência patrimonial e resultado de aplicações financeiras. Os lucros de controladas no exterior são tributados como adição ao lucro tributável e recebem créditos dos impostos pagos no país de origem até o limite de 25% de sua base de cálculo. Quando esses resultados são prejuízos, eles não se constituem em créditos tributários no Brasil, porém são compensados com os resultados futuros da controlada no exterior que o gerou. Portanto, na condição de controladora, são bem específicas as situações onde a Companhia pode vir a constituir créditos tributários.

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações financeiras consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis, crédito fiscal incorporado e prejuízos fiscais das controladas.

O imposto de renda e contribuição social diferidos consolidados são compostos como segue:

	Saldos em 2022	Reconhecidos no			Saldos em 2023
		Resultado	Patrimônio líquido	Variação cambial	
Ativo:					
Prejuízo fiscal, líquido (Companhia) (p)	3.981	269	-	-	4.250
Diferenças temporárias (Companhia) (p)	185	-	-	-	185
Diferenças temporárias (CSA - Argentina) (1) (a)	185	-	-	-	(185)
Diferenças temporárias (CSA - Brasil) (1) (p)	16.783	-	-	-	16.783
Prejuízo fiscal, líquido (SGUS - EUA) (2) (a)	16.124	(14.892)	-	(1.232)	-
Prejuízo fiscal, líquido (SGPSA - Brasil) (a)	1.905	-	-	-	1.905
Diferenças temporárias (Santanense) (3) (a) (*)	4.028	-	-	-	4.028
Prejuízo fiscal, líquido (Santanense) (3) (a) (*)	36.216	-	-	-	36.216
Reclassificações para apresentação de balanço (a) (*)	(4.027)	-	-	-	(4.027)
	75.380	(14.623)	-	(1.232)	59.340
Passivo:					
Diferenças temporárias (Companhia) (p)	(11.469)	627	-	-	(10.842)
Deságio em controlada (Companhia) (p)	(426)	-	-	-	(426)
Propriedades para investimento (Companhia) (p)	(31.051)	12.487	-	-	(18.564)
Diferenças temporárias (Companhia) (p)	(138)	138	-	-	-
Diferenças temporárias (Companhia - Argentina) (p)	(31)	-	-	-	26
Propriedades para investimento (CSA - Brasil) (1) (p)	(120.556)	2.818	-	-	(117.738)
Correção monetária (CSA - Argentina) (1) (p)	(2.911)	-	2.318	-	(593)
Propriedades para investimento (Santanense) (3) (p)	(5.143)	(11)	-	-	(5.166)
Diferenças temporárias (Santanense) (3) (p)	(4.027)	-	-	-	(4.027)
Deságio em controlada (Oxford) (p)	(4.623)	-	-	-	(4.623)
Reclassificações para apresentação de balanço (p) (*)	4.027	-	-	-	4.027
	(176.348)	16.059	2.318	-	14
Total de impostos diferidos, líquido	(100.968)	1.436	2.318	(1.232)	(171)
	=====	=====	=====	=====	=====
Impostos diferidos no ativo não circulante (soma de a)	54.431	(14.892)	-	(1.232)	(185)
Impostos diferidos no passivo não circulante (soma de p)	(155.399)	16.328	2.318	-	14
	=====	=====	=====	=====	=====

(*) Reclassificações efetuadas para apresentação de balanço.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía R\$388.824 em prejuízos fiscais (R\$376.081 em 31 de dezembro de 2022) e R\$403.609 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$390.766 em 31 de dezembro de 2022), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(1) Impostos diferidos da controlada indireta CSA:

A controlada indireta CSA, com base em plano de negócios e projeções futuras, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. As projeções futuras consideram os resultados operacionais da controlada, para os próximos 10 anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse período e o conseqüente custo da dívida, dentre outras ações.

Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração daquela controlada possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos demonstrados como segue:

Ano	Consolidado CSA		
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais	Total
2024	3.766	-	3.766
A partir de 2027	13.017	-	13.017
	-----	-----	-----
	16.783	-	16.783
	=====	=====	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável, enquanto que os prejuízos fiscais são limitados a 30% do lucro tributável. Ambos não têm prazo para prescrição.

Em 31 de dezembro de 2023, a controlada indireta CSA possuía R\$2.278.711 em prejuízos fiscais (R\$1.681.347 em 31 de dezembro de 2022) e R\$2.285.137 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$1.687.728 em 31 de dezembro de 2022), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2023, a controlada indireta AMMO possuía R\$615.912 em prejuízos fiscais (R\$467.095 em 31 de dezembro de 2022) e R\$615.940 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$467.124 em 31 de dezembro de 2022), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Impostos diferidos (passivo) – propriedades para investimento:

Imposto de renda e contribuição social decorrentes da mais valia apurada em propriedades para investimento. Vide nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras.

	Imóveis para renda São Gonçalo		Imóveis para valorização		Total
	Complexo comercial (10.1)	Complexo residencial (10.2)	Montes Claros (10.6)	Vinhedo (10.4)	
	Valor justo	382.770	49.382	63.726	
Total do custo residual	(112.186)	(1.529)	(36.458)	(63.800)	(213.973)
	-----	-----	-----	-----	-----
Mais valia apurada	270.584	47.853	27.268	589	346.294
	-----	-----	-----	-----	-----
Imposto de renda e contribuição social a pagar sobre mais valia (34%)	91.998	16.269	9.271	200	117.738
	=====	=====	=====	=====	=====

(2) Impostos diferidos da controlada indireta SGUS:

Em 31 de dezembro de 2022, a controlada SGUS, possuía saldo de impostos diferidos ativos no valor de R\$16.124, com base em seu plano de negócios e projeções futuras, mantém ativos fiscais diferidos decorrentes, principalmente, de prejuízos fiscais acumulados.

Com base na revisão das projeções futuras dos seus resultados operacionais, em 30 de junho de 2023, o saldo foi baixado (vide nota explicativa nº9.e às demonstrações financeiras). O efeito no resultado foi uma perda no montante de R\$14,9 (US\$3,0 milhões).

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável e não têm prazo para

prescrição. Os prejuízos fiscais também são dedutíveis integralmente, mas possuem prazos de prescrição, tendo, os prejuízos fiscais federais, validade entre 2023 a 2034 e, os estaduais, validade entre 2023 a 2034.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2023, a controlada indireta SGUS possui saldo de R\$1.319.772 em prejuízos fiscais (R\$1.326.905 em 31 de dezembro de 2022), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(3) Impostos diferidos da controlada indireta CTS:

A controlada indireta CTS, com base em plano de negócios e projeções futuras, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados.

As projeções futuras consideram os resultados operacionais da controlada, para os próximos 10 anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse período e o consequente custo da dívida, dentre outras ações.

Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos como segue:

Ano	Consolidado		Total
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais	
2026	-	1.875	1.875
2027	-	2.842	2.842
2028	-	1.086	1.086
2029	-	1.222	1.222
A partir de 2030	4.028	29.191	33.219
	-----	-----	-----
	4.028	36.216	40.244
	=====	=====	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável, enquanto que os prejuízos fiscais são limitados a 30% do lucro tributável. Ambos não têm prazo para prescrição. Em 31 de dezembro de 2023, a CTS possuía R\$84.602 em prejuízos fiscais e R\$84.614 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro, cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

c. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	2	2	39.684	35.773
Imposto de renda e contribuição social antecipados	8.886	7.249	34.089	31.508
PIS e COFINS a recuperar (*)	7.481	7.548	34.518	22.512
IVA/ingressos brutos – Argentina	-	-	1.263	2.520
Imposto sobre o lucro líquido – ILL	5.341	5.341	5.341	5.341
IPTU a compensar	-	-	7.219	7.331
Outros impostos a recuperar	-	-	841	782
	-----	-----	-----	-----
Ativo circulante	21.710 (8.891)	20.140 (7.321)	122.955 (63.294)	105.767 (53.486)
	-----	-----	-----	-----
Ativo não circulante	12.819	12.819	59.661	52.281
	=====	=====	=====	=====

(*) O saldo consolidado inclui créditos por compras e os montantes relacionados aos créditos gerados pela exclusão de ICMS na base de PIS e COFINS que estão sendo compensados com débitos de impostos Federais.

d. Impostos devidos e parcelamentos

Os parcelamentos de impostos consolidado são atualizados pela taxa SELIC e são como segue:

	Consolidado	
	2023	2022
Parcelamentos Estaduais	103.323	62.695
Parcelamentos Federais	362.083	229.178
Outros parcelamentos	10.683	14.006
(-) Créditos a compensar (*)	-	(85.955)
	-----	-----
	476.089	219.924
Circulante	(125.231)	(105.796)
	-----	-----
Não circulante	350.858	114.128
	=====	=====

(*) Refere-se a direitos relacionados aos créditos gerados pela exclusão de ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS. Devido a atual situação financeira da controlada indireta CSA, não há expectativas de recompra dos direitos creditórios, portanto, os saldos foram baixados em junho de 2023. O efeito no resultado foi uma perda no montante de R\$62.649, registrados na rubrica "Outras líquidas". Vide baixa do passivo atrelado a alienação dos direitos creditórios na nota explicativa nº 14.4 às demonstrações financeiras.

Os vencimentos dos impostos parcelados são como segue:

	2024	2025	2026	2027 a 2030	Total
Parcelamentos Estaduais	34.273	21.413	18.508	29.129	103.323
Parcelamentos Federais	84.491	72.004	69.257	136.331	362.083
Outros parcelamentos	6.467	2.566	1.650	-	10.683
	-----	-----	-----	-----	-----
Total a pagar	125.231	95.983	89.415	165.460	476.089
	=====	=====	=====	=====	=====

A Companhia e suas controladas indiretas CTS, CSA e AMMO possuem parcelamentos vigentes e pedidos de parcelamento de impostos e contribuições em atraso. A classificação contábil considera a possibilidade legal de obtenção dos parcelamentos conforme legislação aplicável e respectiva quantidade de parcelas, incluindo multas e juros incorridos.

22. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos, reclamações cíveis e trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia e suas controladas possuem processos tributários, cíveis e trabalhistas, cuja perda foi estimada como possível, nos valores de R\$57.324, R\$206.589 e R\$2.710, respectivamente (R\$57.961, R\$169.213 e R\$1.779, respectivamente em 31 de dezembro de 2022). Os principais processos tributários correspondem a: (i) importações de insumos sob o regime de Drawback (R\$7.559); (ii) auto de infração

sobre apuração de crédito presumido FAIN (R\$5.871); (iii) glosas de créditos de COFINS (R\$7.877); (iv) estorno de crédito de ICMS sobre energia elétrica (R\$6.978); (v) isenção de IPI por ex-tarifário (R\$3.160); (vi) Mandado de Segurança impetrado visando a manutenção de débitos em parcelamento PRORELIT (R\$2.255); (vii) Auto de Infração referente a GILRAT (R\$2.800); (viii) não homologação das compensações referente a COFINS (R\$2.830) e (ix) Auto de Infração de IOF sobre operações de mútuo (R\$919).

Os principais processos cíveis referem-se a: (x) Mandado de Segurança impetrado contra a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que objetiva o afastamento de possíveis ônus financeiros decorrentes de decisões judiciais que determinam o rateio de prejuízos entre as geradoras de energia (R\$38.701); (xi) Ações Anulatórias com pedido de liminar visando cancelar algumas "Dações em pagamento" de diversos imóveis, em razão das dívidas geradas pela não entrega de algodão (R\$125.550). Os principais processos trabalhistas correspondem a reclamações trabalhistas de ex-funcionários e terceiros.

Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Tributários	8.252	4.081	60.955	9.094
Trabalhistas	-	-	35.277	11.767
Cíveis e outras	5.720	6.054	16.235	14.403
	-----	-----	-----	-----
	13.972	10.135	112.467	35.264
	=====	=====	=====	=====
Depósitos judiciais	8.170	8.349	28.704	25.921
	=====	=====	=====	=====

Tributários – As controladas CSA e AMMO são polo ativo em ações judiciais que visam contestar a cobrança do diferencial de alíquota do ICMS (DIFAL) em decorrência da inconstitucionalidade da cobrança através de Convênio, sem lei complementar que o institua, bem como pelo descumprimento do princípio da anterioridade anual e nonagesimal da LC nº190/2022 pelos Estados. Inclui provisão sobre crédito complementar de PIS COFINS no valor de R\$47.753.

Trabalhistas - A Companhia e suas controladas são polos passivos em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

Cíveis - A Companhia e sua controlada indireta CSA são polos ativos em ações judiciais contra a União questionando a legalidade da COFURH - Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos. A controlada indireta CTS estima gastos de aproximadamente R\$3.213 (R\$3.278 em 31 de dezembro de 2022) com demandas administrativas e judiciais, limpeza e demais adequações para a retomada da geração de energia nas Usinas, que foram inundadas com as chuvas de janeiro de 2022.

Pedido de restituição e compensação (PERDCOMP) - A Companhia é polo ativo em ação de repetição de indébito que está questionando a aplicação retroativa da IN323/2005, que determina prazos para a entrega da PERDCOMP.

As movimentações de provisões diversas consolidadas são apresentadas a seguir:

	Saldos em 2022	Adições	Baixas	Varição cambial	Saldos em 2023
Tributários	9.094	52.011	(150)	-	60.955
Trabalhistas	11.767	31.311	(7.182)	(619)	35.277
Cíveis e outras	14.403	3.335	(536)	(967)	16.235
	-----	-----	-----	-----	-----
	35.264	86.657	(7.868)	(1.586)	112.467
	=====	=====	=====	=====	=====

23. PLANOS DE APOSENTADORIA E BENEFÍCIOS

Substancialmente, todos os funcionários da controlada indireta SGUS são cobertos por planos de contribuição definida. Alguns executivos da controlada indireta SGUS são cobertos pelo plano de benefício definido. A controlada indireta SGUS pode efetuar contribuições arbitrárias para o plano de contribuição definida e essas contribuições são consideradas através de um percentual da remuneração elegível de cada participante. Adicionalmente, no caso de participantes elegíveis contribuírem com um percentual de suas remunerações para alguns planos de contribuição definida, a controlada indireta SGUS pode, arbitrariamente, efetuar uma contribuição na proporção dos valores contribuídos pelos participantes.

A controlada indireta SGUS patrocina um plano de pensão de benefício definido para alguns de seus funcionários, cujos custos esperados de pensão são provisionados em regime de competência com base em estudos atuariais e as contribuições dos funcionários aposentados e da controlada indireta SGUS são ajustadas periodicamente. As contribuições da controlada indireta SGUS aos planos de benefício definido são efetuadas de acordo com a lei de aposentadoria dos EUA ("Employee Retirement Income Security Act") e os benefícios são geralmente baseados nos anos de serviço e níveis salariais (remuneração).

Os ativos do plano de benefício definido são investidos em fundos de renda variável e fundos de renda fixa (incluindo dívidas do governo americano). A controlada indireta SGUS também fornece benefícios de aposentadoria a executivos elegíveis de acordo com planos executivos suplementares não qualificados de aposentadoria.

A tabela abaixo contém informações resumidas dos planos de pensão de benefício definido em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	2023	2022
Mudança no benefício provisionado:		
Benefício provisionado no início do ano	174.186	216.888
Custo do serviço	1.027	1.624
Custo dos juros	7.785	6.132
(Ganho) perda atuarial	4.072	(26.520)
Pagamento de benefícios	(6.624)	(9.404)
Varição cambial	(12.744)	(14.534)
	-----	-----
Benefício provisionado no final do ano	167.702	174.186

	2023	2022
Mudança nos ativos do plano:		
Valor de mercado dos ativos no início do ano	50.440	74.651
Retorno sobre os ativos	5.866	(12.528)
Contribuições do empregador	105	2.867
Pagamento de benefícios	(6.624)	(9.404)
Variação cambial	(3.618)	(5.146)
	-----	-----
Valor de mercado dos ativos no final do ano	46.169	50.440
	-----	-----
Valor presente das obrigações a descoberto	121.533	123.746
	=====	=====
Premissas utilizadas para determinar as obrigações de benefícios no final do ano		
Taxa de desconto (a.a.)	4,85% a 5,00%	5,00% a 5,05%
Aumento futuro de salários (a.a.)	-	-
Premissas atuariais para determinar a despesa líquida para os exercícios findos nessas datas		
Taxa de desconto e taxa de rendimento esperada sobre ativos (a.a.)	2,65% a 5,05%	2,65% a 2,85%
Aumento futuro de salários (a.a.)	-	-
Componentes do custo líquido do benefício:		
Custo do serviço	1.027	1.624
Custo dos juros, líquido	4.739	2.992
	-----	-----
Custo líquido do benefício	5.766	4.616
	=====	=====

A estratégia de investimento da controlada indireta SGUS é de aplicar numa carteira diversificada com o objetivo de maximizar os retornos considerando um nível aceitável de risco. Os ativos do plano de pensão são investidos em um fundo balanceado que tem uma alocação estática de aproximadamente 40% em investimentos de renda variável e 60% em instrumentos financeiros de renda fixa. A expectativa de retorno sobre os ativos do plano foi desenvolvida em conjunto com os consultores externos e foram levadas em consideração as expectativas de longo prazo para retornos futuros, baseados na estratégia de investimentos atuais da controlada indireta SGUS.

	2023	2022
Investimentos dos ativos dos planos:		
Renda variável	19.680	20.352
Renda fixa	25.554	29.139
Caixa e equivalentes de caixa	935	949
	-----	-----
Valor de mercado dos ativos no final do ano	46.169	50.440
	=====	=====

A controlada indireta SGUS espera contribuir R\$20.532 para os planos de benefício definido em 2024. Pagamentos de benefícios futuros para os próximos 10 anos são:

	Plano de pensão de benefício definido
2024	21.694
2025	21.177
2026	20.594
2027	13.013
2028	12.434
2029 – 2033	52.058

Os saldos dos benefícios provisionados e remuneração diferida estão demonstrados abaixo:

	2023	2022
Provisão para plano de pensão	121.533	123.746
Outras provisões de benefícios a funcionários	1.883	1.639
	-----	-----
Total do plano de aposentadoria e benefícios	123.416	125.385
Circulante (a)	(16.957)	(10.804)
	-----	-----
Não circulante	106.459	114.581
	=====	=====

(a) Incluída na rubrica “Obrigações sociais e trabalhistas”.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
ATIVOS FINANCEIROS				
Custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	923	351	67.044	253.803
Títulos e valores mobiliários (c)	-	-	26.728	43.423
Duplicatas a receber	-	-	161.895	212.157
Valores a receber – clientes (c)	478	478	10.785	9.171
Valores a receber - venda de investimento (c)	-	45.875	-	45.875
Outros créditos a receber	4.773	9.581	11.008	11.939
Títulos e valores mobiliários (nc)	-	2.581	8.632	12.976
Valores a receber – clientes (nc)	-	-	3.466	16.135
Partes relacionadas	363.583	351.207	238.709	223.071
Depósitos judiciais	8.170	8.349	28.704	25.921
Outros créditos e valores a receber	40.719	240	78.443	63.652
PASSIVOS FINANCEIROS				
Custo amortizado:				
Empréstimos e financiamentos (c)	40.504	125.641	898.247	888.925
Debêntures (c)	-	-	373.220	17.763
Fornecedores	3.519	3.268	344.869	316.477
Concessões governamentais (c)	-	-	242.201	56.253
Outras contas a pagar	3.325	5.246	62.891	83.498
Empréstimos e financiamentos (nc)	-	39.000	89.950	131.710
Debêntures (nc)	-	-	-	320.757
Concessões governamentais (nc)	-	-	19.337	38.264
Partes relacionadas	558.616	468.819	-	-
Outras obrigações	772	643	20.495	24.417

(c) circulante

(nc) não circulante

Os principais fatores de risco que a Companhia e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como,

comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--Os valores justos dos empréstimos e financiamentos e das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em função de serem indexados por taxas flutuantes de juros (CDI e LIBOR), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros de curto prazo, a Companhia estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos e determinados títulos e valores mobiliários, que são classificados como mensurados ao "valor justo por meio de resultado", todos os ativos e passivos financeiros listados acima são classificados como mensurados ao "Custo Amortizado". Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como "Mensurados ao valor justo por meio do resultado" e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada, tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados nas políticas e diretrizes da Companhia e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre ao longo dos contratos. O monitoramento do impacto destas transações é analisado trimestralmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutida e validada. Todos os instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações financeiras da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não havia operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

d.2 - Política de uso de derivativos--Conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio--Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.1 - Riscos de taxa de câmbio nos investimentos no exterior:

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas possuem investimentos no exterior que aumentam sua exposição cambial, a saber:

	2023				Variação cambial sobre investimentos no exterior R\$
	R\$	\$ARG	US\$	\$PYG	
Investimentos no exterior:					
Coteminas Argentina	40.921	6.833.409	-	-	(33.268)
LAT Capital	14.437	-	2.982	-	(1.479)
Têxtil Guarani	1.126	-	-	1.694.040	(90)
SGUS	202.729	-	41.875	-	(26.815)
Santanense Argentina S.A.	(4)	(668)	-	-	24
Coteminas International Ltd.	6.264	-	1.294	-	(1.064)
Coteminas (Sucursal Argentina)	(3)	(501)	-	-	13
Cantagalo General Grains	-	-	-	-	(306)
	-----	-----	-----	-----	-----
	265.470	6.832.240	46.151	1.694.040	(62.985)
Partes relacionadas:					
LAT Capital	(71.172)	-	(14.701)	-	8.293
SGUS	(218.951)	-	(45.226)	-	16.969
	-----	-----	-----	-----	-----
	(290.123)	-	(59.927)	-	25.262
	-----	-----	-----	-----	-----
Total de investimentos líquidos	(24.653)	6.832.240	(13.776)	1.694.040	(37.723)
	=====	=====	=====	=====	=====

d.3.2 - Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros na Companhia e em suas controladas diretas e indiretas sediadas no Brasil:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros sujeitos à exposição cambial da Companhia e de suas controladas brasileiras são como segue:

Instrumentos financeiros	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.459
Duplicatas a receber	34.172	39.165
Valores a receber - venda investimento	-	45.875
Fornecedores	(12.323)	(12.771)
Empréstimos e financiamentos	(170.193)	(140.798)
Partes relacionadas	83.358	128.869
Outras contas a pagar	(79)	(91)
	-----	-----
Total da exposição em Reais	(65.065)	61.708
	=====	=====
Total da exposição em milhares de Dólares equivalentes	(13.440)	11.827
	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em dólares norte-americanos já contratados em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2024	Alta do Dólar	7.396	110	9.089	18.067
2026	Alta do Dólar	(20.836)	(11.639)	(39.766)	(67.894)
		-----	-----	-----	-----
		(13.440)	(11.529)	(30.677)	(49.827)
		=====	=====	=====	=====

Os valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa. Os valores positivos referem-se à receita.

O cenário “Provável” representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de dólares e comparando com a taxa do dólar no final do período atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma variação das taxas futuras de dólares em 25% e 50% respectivamente.

As taxas futuras de dólares foram obtidas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão)--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. Em 2022, a Companhia registrou um ganho de R\$10.226.

d.5 - Risco de taxa de juros--O caixa e os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI. Os passivos sobre os quais incidem juros equivalentes à LIBOR e a juros fixos estão demonstrados nas notas explicativas nº 14 e 20. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos (exceto os demonstrados em d.5.1 e d.5.2) e as taxas contratadas, a Administração da Companhia considera não relevante o efeito da exposição às variações de mercado nas taxas de juros contratadas. Portanto, não está apresentando a análise de sensibilidade para estes instrumentos financeiros.

d.5.1 - Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros derivativos:

Contratos de swap de taxa de juros--São classificados e registrados pelo seu valor justo e se baseiam no fluxo de caixa dos financiamentos denominados em moeda estrangeira. Tem seus ganhos e perdas realizados registrados no resultado, na rubrica “Despesas financeiras - juros sobre empréstimos”. Não houve aplicação em derivativos envolvendo taxas de juros nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

d.5.2 - Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros não derivativos:

Os principais valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição de juros variáveis pelos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA da Companhia e suas controladas, são como segue:

Descrição	2023			2022	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 150,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: novembro/2023	-	-	-	-	163.456

Descrição	2023			2022	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	
Contrato de empréstimo -- Juros: 150,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: novembro/2023	-	-	-	-	162.335
Contrato de empréstimo -- Juros: 130,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: abril/2023	-	-	-	-	49.423
Contrato de empréstimo -- Juros: 120,0% do CDI Contraparte: Banco do Brasil S.A. Vencimento: março/2030	16.609	1.839	-	18.448	15.796
Contrato de empréstimo -- Juros: 120,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. Vencimento: janeiro/2024	70.000	7.943	-	77.943	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 120,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. Vencimento: março/2030	103.031	11.689	-	114.720	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 120,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. Vencimento: março/2029	75.600	8.577	-	84.177	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 120,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. Vencimento: março/2030	95.857	10.875	-	106.732	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 120,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. Vencimento: março/2030	51.656	5.860	-	57.516	-
(referência à nota explicativa nº 14)				459.536	391.010
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,1% Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: abril/2024	4.936	254	-	5.190	7.643
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: junho/2027	26.384	1.498	-	27.882	30.463
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,0% Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: abril/2023	-	-	-	-	3.055
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: junho/2027	10.744	785	-	11.529	-
(referência à nota explicativa nº 14)				44.601	41.161

Descrição	2023			2022	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 2,4% Contraparte: Banco Votorantim S.A. Vencimento: outubro/2023	-	-	-	-	42.248
(referência à nota explicativa nº 14)				-	42.248
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,0% Contraparte: Banco BOCOM BBM Vencimento: janeiro/2025	6.088	285	-	6.373	6.690
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,0% Contraparte: Banco BOCOM BBM Vencimento: janeiro/2025	5.911	530	-	6.441	5.913
(referência à nota explicativa nº 14)				12.814	12.603
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: dezembro/2025	2.887	6	-	2.893	5.351
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: novembro/2026	3.423	2	-	3.425	4.838
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: novembro/2026	3.912	7	-	3.919	5.924
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: novembro/2026	4.401	8	-	4.409	6.665
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: novembro/2026	3.912	7	-	3.919	5.533
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: novembro/2026	2.091	4	-	2.095	2.958
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: dezembro/2025	1.749	3	-	1.752	2.955
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: dezembro/2025	1.673	3	-	1.676	2.955
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: dezembro/2025	1.673	3	-	1.676	2.955
(referência à nota explicativa nº 14)				25.764	40.134

Descrição	2023			2022	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,0% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: agosto/2023	-	-	-	-	7.304
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,0% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: janeiro/2024	1.524	1	-	1.525	9.937
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,0% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: outubro/2023	-	-	-	-	14.973
Contrato de empréstimo -- Juros: 168,0% do CDI Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: novembro/2024	19.599	30	-	19.629	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,6% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: abril/2024	3.333	43	-	3.376	-
(referência à nota explicativa nº 14)				24.530	32.214
Contrato de empréstimo -- Juros: 115,0% do CDI Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: janeiro/2025 (*)	-	-	-	-	44.270
(referência à nota explicativa nº 14)				-	44.270
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. Vencimento: março/2023	-	-	-	-	5.096
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 10,7% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: janeiro/2024	1.046	330	-	1.376	14.216
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: fevereiro/2023	-	-	-	-	2.497
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: outubro/2024	3.810	324	-	4.134	5.262
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Safra S.A. Vencimento: outubro/2024	3.810	307	-	4.117	5.262
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: março/2023	-	-	-	-	5.063
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: fevereiro/2023	-	-	-	-	5.043

Descrição	2023			2022	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: março/2023	-	-	-	-	5.076
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,5% Contraparte: Banco Safra S.A. Vencimento: abril/2026	12.000	1.514	-	13.514	12.025
(referência à nota explicativa nº 14)				23.141	59.540
Contrato de empréstimo -- Juros: 180,0% do CDI Contraparte: Caixa Econômica Federal Vencimento: abril/2023	-	-	-	-	8.155
Contrato de empréstimo -- Juros: 180,0% do CDI Contraparte: Caixa Econômica Federal - CCB Vencimento: abril/2023	-	-	-	-	5.597
(referência à nota explicativa nº 14)				-	13.752
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,8% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: outubro/2026	3.073	22	-	3.095	4.916
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,8% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: outubro/2026	3.339	60	-	3.399	5.342
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,1% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: outubro/2025	2.817	20	-	2.837	4.482
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,8% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: outubro/2026	4.135	86	-	4.221	6.538
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,8% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: outubro/2026	5.310	108	-	5.418	8.496
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,8% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: outubro/2026	4.042	84	-	4.126	6.467
(referência à nota explicativa nº 14)				23.096	36.241
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,1% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: janeiro/2024	149	9	-	158	566
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,1% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: junho/2023	-	-	-	-	697
(referência à nota explicativa nº 14)				158	1.263

Descrição	2023			2022	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,1% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: janeiro/2023	-	-	-	-	10.167
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: novembro/2024	3.560	275	-	3.835	6.492
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,7% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: novembro/2024	3.611	96	-	3.707	6.475
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,1% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: outubro/2023	-	-	-	-	7.854
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: dezembro/2024	96	14	-	110	1.461
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,3% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: janeiro/2027	2.300	354	-	2.654	529
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,3% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: janeiro/2027	2.700	414	-	3.114	305
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,1% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: dezembro/2024 (*)	-	-	-	-	2.746
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: maio/2025 (*)	-	-	-	-	4.091
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,3% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: fevereiro/2028	18.800	3.520	-	22.320	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,3% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: fevereiro/2028	4.200	725	-	4.925	-
(referência à nota explicativa nº 14)				40.665	40.120
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 18,0% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: dezembro/2023	-	-	-	-	1.031
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,8% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: março/2024	22.000	349	-	22.349	22.393

Descrição	2023			2022	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,0% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: maio/2025	16.566	267	-	16.833	26.310
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,0% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: fevereiro/2024	4.500	187	-	4.687	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,0% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: fevereiro/2024	3.000	121	-	3.121	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,2% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: junho/2024	26.600	152	-	26.752	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,3% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: janeiro/2024	5.790	85	-	5.875	-
(referência à nota explicativa nº 14)				79.617	49.734
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,6% Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: maio/2024	2.667	74	-	2.741	8.248
(referência à nota explicativa nº 14)				2.741	8.248
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: dezembro/2025	5.047	9	-	5.056	6.448
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: outubro/2026	5.555	10	-	5.565	6.628
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: janeiro/2024	1.400	2	-	1.402	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,0% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: dezembro/2025	2.450	5	-	2.455	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: dezembro/2025	2.012	4	-	2.016	4.467
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2023	-	-	-	-	505

Descrição	2023			2022	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2023	-	-	-	-	505
(referência à nota explicativa nº 14)				16.494	18.553
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,9% Contraparte: Banco Luso Brasileiro S.A. Vencimento: março/2027	9.792	596	-	10.388	-
(referência à nota explicativa nº 14)				10.388	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 14,7% Contraparte: SFT Fundo de Investimento em direitos creditórios Vencimento: setembro/2025	4.804	164	-	4.968	-
(referência à nota explicativa nº 14)				4.968	-
Debêntures 5ª série -- Juros: IPCA + 9,25% a.a. Contraparte: Diversos debenturistas Vencimento: julho/2031	121.333	21.831	(2.014)	141.150	152.475
(referência à nota explicativa nº 15)				141.150	152.475
	829.307	82.370	(2.014)	909.663	983.566

(*) Contratos encerrados antecipadamente devido a renegociações.

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de pagamentos do principal e juros em 31 de dezembro de 2023, é como segue:

Vencimento	Risco	Saldo Médio	Cenários		
			Provável	II	III
2024	Alta da taxa	782.349	84.814	92.462	107.121
2025	Alta da taxa	458.834	63.687	63.592	73.793
2026	Alta da taxa	328.156	44.583	46.868	54.584
2027	Alta da taxa	233.070	30.897	33.869	39.571
2028	Alta da taxa	155.262	20.623	22.980	26.804
2029	Alta da taxa	83.529	11.032	12.119	14.001
2030	Alta da taxa	29.131	2.686	2.746	2.978
2031	Alta da taxa	5.333	398	396	421
		2.075.664	258.720	275.032	319.273

Os valores demonstrados nos cenários acima referem-se à projeção da despesa de juros em seus respectivos anos e cenários, considerando-se os saldos médios dos empréstimos em cada ano. O cenário "Provável" representa o resultado da evolução da taxa de juros, considerando-se as taxas futuras do CDI e IPCA e os vencimentos do principal e dos juros. Para os cenários II e III, foi considerado um aumento das taxas futuras do CDI e IPCA em 25% e 50% respectivamente. As taxas de juros futuras do CDI foram obtidas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e as taxas de juros futuras do IPCA foram obtidas no Relatório Focus do Banco Central do Brasil.

d.6 - Risco de crédito--A Companhia está sujeita ao risco de crédito com respeito ao caixa e equivalentes de caixa e aos títulos e valores mobiliários. Esse risco é mitigado pela política de efetuar transações financeiras somente em instituições financeiras de grande porte. O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da Companhia, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

d.7 - Gestão de liquidez-- Os passivos financeiros da Companhia, de acordo com os vencimentos dos seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de sua liquidação, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas, podem ser resumidos como segue:

Obrigações contratuais	Total	Prazo de liquidação previsto			
		Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	1.246.456	699.586	324.962	149.966	71.942
Debêntures	946.967	53.509	62.542	60.979	769.937
Fornecedores	351.274	344.869	6.405	-	-
Arrendamento	296.945	53.100	92.691	151.154	-
	-----	-----	-----	-----	-----
	2.841.642	1.151.064	486.600	362.099	841.879
	=====	=====	=====	=====	=====

d.8 - Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações financeiras.

A dívida líquida da Companhia pode ser assim composta:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Empréstimos e financiamentos	40.504	164.641	988.197	1.020.635
Debêntures	-	-	373.220	338.520
Caixa e equivalentes de caixa	(923)	(351)	(67.044)	(253.803)
Títulos e valores mobiliários	-	(2.581)	(35.360)	(56.399)
	-----	-----	-----	-----
Total da dívida líquida	39.581	161.709	1.259.013	1.048.953
	-----	-----	-----	-----
Total do patrimônio líquido	(312.264)	396.550	(543.310)	724.409
	-----	-----	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	(272.683)	558.259	715.703	1.773.362
	=====	=====	=====	=====
	-----	-----	-----	-----
Total da dívida líquida	39.581	161.709	1.259.013	1.048.953
Valores vinculados a empréstimos (*)	-	(45.875)	-	(45.875)
	-----	-----	-----	-----
Total da dívida líquida após valores retidos	39.581	115.834	1.259.013	1.003.078
	=====	=====	=====	=====

(*) Refere-se aos valores a receber sobre a venda de investimento, vinculados ao empréstimo com a SP Investidor IV, LLC. Vide notas explicativas nº 8 e nº 14 às demonstrações financeiras.

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. As decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada. A Companhia e suas controladas possuem três segmentos operacionais distintos: “Atacado”, “Varejo” e “Brins”.

A Companhia possui diversas fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem, acabamento e confecção de produtos têxteis para o lar. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos e, portanto, essas operações estão sob a denominação de segmento de “Atacado”, pois seus produtos são vendidos para clientes que não são os consumidores finais.

As controladas indiretas AMMO e C7S possuem um conjunto de informações isoladas e decisões de investimentos, preços, expansão de lojas, venda multicanal, entre outros, que são tomadas à parte e se constituem no segmento “Varejo”, pois suas vendas são realizadas aos consumidores finais dos produtos.

A controlada indireta CTS possui duas fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem e acabamento de tecidos planos (“Brins”) utilizados principalmente para o vestuário. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos.

As vendas realizadas pela controlada indireta CSA para a controlada indireta AMMO e controlada CTS, são excluídas no quadro abaixo, no segmento Atacado, para que seja demonstrado somente as vendas realizadas para terceiros e que coincidam com a gestão de cada segmento de negócio, Atacado, Varejo e Brins. A avaliação do desempenho de cada segmento, não inclui as vendas realizadas entre as companhias.

Abaixo a Companhia apresenta as informações por segmento (expressas em milhões de Reais):

	2023				Total
	Atacado	Varejo	Brins	(*) Outros não alocáveis	
Receita operacional líquida	340,7	333,7	100,0	0,1	774,5
Custo dos produtos vendidos	(271,6)	(171,0)	(64,1)	-	(506,7)
Custo de ociosidade e outros	(221,4)	-	(66,4)	-	(287,8)
Lucro (prejuízo) bruto	(152,3)	162,7	(30,5)	0,1	(20,0)
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(142,7)	(232,3)	(34,9)	(20,7)	(430,6)
Equivalência patrimonial	-	-	-	(25,8)	(25,8)
Variação do valor justo de propriedades para investimento	2,9	-	1,1	1,8	5,8
Provisão para reestruturação	(38,7)	-	-	-	(38,7)
Baixa precatórios, líquidos	(62,6)	-	-	-	(62,6)
Baixa ágio de controlada	(27,3)	-	-	-	(27,3)
Provisão para desvalorização de ativos permanentes	(49,3)	-	-	-	(49,3)
Provisão para desvalorização de outros investimentos	-	-	-	(107,6)	(107,6)
Outros	(21,6)	(1,6)	(3,5)	(1,0)	(27,7)
Resultado operacional	(491,6)	(71,2)	(67,8)	(153,2)	(783,8)
Resultado financeiro (sem variação cambial)	-	(85,3)	-	(327,1)	(412,4)
Variação cambial	-	0,3	-	(31,6)	(31,3)
Resultado antes dos impostos	(491,6)	(156,2)	(67,8)	(511,9)	(1.227,5)
Depreciação e amortização	60,0	27,1	10,8	3,9	101,8

	2022				Total
	Atacado	Varejo	Brins	(*) Outros não alocáveis	
Receita operacional líquida	730,4	380,6	409,9	-	1.520,9
Custo dos produtos vendidos	(576,6)	(196,7)	(345,7)	-	(1.119,0)
Custo de ociosidade e outros	(175,1)	-	(28,4)	-	(203,5)
Lucro bruto	(21,3)	183,9	35,8	-	198,4
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(230,3)	(218,5)	(58,4)	(25,1)	(532,3)
Equivalência patrimonial	-	-	-	2,8	2,8
Variação do valor justo de propriedades para investimento	65,3	-	45,8	23,8	134,9
Outros	(7,7)	(5,5)	1,2	(14,7)	(26,7)
Resultado operacional	(194,0)	(40,1)	24,4	(13,2)	(222,9)
Resultado financeiro (sem variação cambial)	-	(45,6)	-	(363,8)	(409,4)
Variação cambial	-	(0,2)	-	(22,2)	(22,4)
Resultado antes dos impostos	(194,0)	(85,9)	24,4	(399,2)	(654,7)
Depreciação e amortização	65,3	28,2	11,0	4,7	109,2

(*) Referem-se a despesas da Companhia (controladora) e de controladas não operacionais, equivalência patrimonial de coligadas e resultado financeiro não alocável.

As controladas da Companhia, em suas análises sobre o desempenho de vendas, classificam seus produtos de acordo com as categorias de venda (ou linhas de produtos) como: cama, mesa e banho, produtos intermediários e varejo.

Informações de venda por categoria ou linha de produtos:

	Consolidado	
	2023	2022
Vendas líquidas (em milhões de Reais):		
Cama, mesa e banho	339,4	660,5
Produtos intermediários	101,4	479,8
Varejo	333,7	380,6
	-----	-----
	774,5	1.520,9
	=====	=====
 Volumes (toneladas mil):		
Cama, mesa e banho	5,5	13,3
Produtos intermediários	5,6	13,4
	-----	-----
	11,1	26,7
	=====	=====

A Companhia e suas controladas possuem mais de 13.000 clientes ativos nos segmentos Atacado e Brim, em 31 de dezembro de 2023.

26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado:

	Consolidado	
	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL:		
Receitas brutas		
Vendas de mercadorias, serviços e outros	980.380	2.023.950
Deduções das receitas	(205.879)	(502.993)
	-----	-----
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	774.501	1.520.957
	=====	=====

27. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado consolidado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e sua classificação por função.

Por natureza:

	Consolidado	
	2023	2022
Custo das matérias primas, materiais e serviços adquiridos	(565.522)	(1.161.673)
Benefícios a empregados	(394.084)	(396.265)
INSS	(48.012)	(57.198)
Depreciação e amortização	(101.848)	(106.341)
Variação dos estoques de produtos acabados e em processo	(115.652)	(133.381)
	-----	-----
Total das despesas por natureza	(1.225.118)	(1.854.858)
	=====	=====

Por função:

	Consolidado	
	2023	2022
Custo dos produtos vendidos	(506.744)	(1.119.031)
Custo de ociosidade e outros	(287.755)	(203.536)
Vendas	(256.800)	(347.042)
Gerais e administrativas	(151.407)	(163.108)
Honorários da administração	(22.412)	(22.141)
	-----	-----
Total das despesas por função	(1.225.118)	(1.854.858)
	=====	=====

28. PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O cálculo do prejuízo básico e diluído por ação foi calculado como segue:

	2023	2022
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(687.710)	(376.304)
Número médio ponderado de ações:		
Ordinárias	13.912.800	13.912.800
Preferenciais	16.723.657	16.723.657
	-----	-----
	30.636.457	30.636.457
PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (R\$)	(22,4474)	(12,2829)
	=====	=====

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o prejuízo básico por ação é igual ao prejuízo diluído por ação.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Reestruturação operacional

Em julho de 2023, no contexto de reestruturação de seu plano de negócios, a controlada indireta CSA firmou acordo com os sindicatos dos trabalhadores em Montes Claros, Blumenau e João Pessoa, para redução do quadro de funcionários e seus termos de pagamento. Com o referido acordo, uma redução de 1.709 funcionários ocorreria em até 90 dias, passando a controlada indireta CSA a ter 4.272 funcionários no Brasil. Os custos iniciais estimados com multas e benefícios acordados somam aproximadamente R\$42.929, e seriam pagos em até 12 parcelas. Em 2023, os custos destas rescisões corresponderam a R\$38.673. Para os casos de rescisão indireta, as provisões trabalhistas foram complementadas. Vide notas explicativa nº22 às demonstrações financeiras.

Entre outubro de 2023 e abril de 2024, no âmbito dos acordos sindicais, a controlada indireta CSA incluiu a demissão de mais 2.710 funcionários em seu plano de reestruturação. Os custos totais das demissões, com multas e benefícios acordados somam aproximadamente R\$104,0 milhões, dos quais R\$81,7 milhões foram incluídos na Recuperação Judicial.

Considerando o aumento dos processos judiciais trabalhista após Dezembro de 2023 até Agosto de 2024, a controlada indireta CSA complementou o saldo de provisão para perdas trabalhistas em aproximadamente R\$ 52,2 milhões, que não estão refletidos nessas demonstrações financeiras.

Em 2 de abril de 2024, a controlada SGPSA divulgou fato relevante onde informa a consolidação do parque fabril da controlada indireta CSA com a desativação de duas plantas industriais e

consequentemente a disponibilização dessas plantas para venda ou arrendamento. Os impactos contábeis dessas medidas somente serão refletidos nas Informações Trimestrais de março de 2024, com a classificação em “Propriedades para Investimento”.

O valor justo dessas unidades fabris, apurados em laudo de avaliação feito pela Mercatto, sem a inclusão de máquinas e equipamentos que serão disponibilizados para a venda, é de R\$510,1 milhões com um aumento no patrimônio líquido da controlada indireta CSA de R\$274,8 milhões, líquidos da provisão para imposto de renda.

Em 2024, no contexto de uma reestruturação operacional e ajuste de seu capital de giro, a administração da controlada indireta AMMO decidiu pelo fechamento de 33 lojas próprias que ainda estão em curso. Com essa decisão, os valores referentes as benfeitorias em imóveis de terceiros e outros ativos imobilizados, como também aos pontos comerciais, deixaram de ser recuperáveis e, portanto, foi efetuada provisão para perdas na realização desses ativos no valor de R\$4.243 e R\$5.761 respectivamente, já reconhecidas nestas demonstrações financeiras (vide notas explicativas nº 11 e nº 13).

b) Repactuação de empréstimos e financiamentos

Banco do Brasil – Em março de 2024, as controladas indiretas CSA e CTS repactuaram dívidas dos empréstimos no montante de R\$468.713, considerando taxa de juros anual de 100% CDI e vencimento para dezembro de 2033. A amortização mensal dos juros a partir de 2026 e do principal a partir de 2029. Em abril de 2024, a controlada CSA repactuou dívidas dos empréstimos ACC no montante de R\$49.815, considerando taxa de juros anual de 6,52% e vencimento para janeiro de 2025. Os empréstimos são garantidos por: (i) imóveis, máquinas e equipamentos; (ii) fiança do controlador e da controlada SGPSA; e (iii) por duplicatas a receber.

Banco Safra – Em março de 2024, as controladas indiretas CSA e CTS realizaram acordo extrajudicial, repactuando dívidas no montante de R\$21.580, considerando taxa anual de 6,2% e 6,6% + CDI e vencimento até fevereiro de 2029. A amortização do principal a partir de abril de 2025. O empréstimo é garantido por aval e penhora de imóveis.

Banco Luso Brasileiro - Em março de 2024, a controlada indireta CSA entregou o imóvel de Acreúna em Dação de pagamento para quitação de empréstimo com o Banco no valor de R\$11.253, com opção de recompra do imóvel e direito de preferência. Com a transação, os empréstimos com o banco foram quitados em sua totalidade. Nesta operação houve uma perda no montante de R\$19.114, que não estão refletidos nessas demonstrações contábeis intermediárias.

Banco Sofisa - Em março de 2024, as controladas indiretas CSA e CTS entregaram imóveis em Dação de pagamento para quitação parcial de empréstimos com o Banco no valor de R\$34.776, via mútuo com as empresas proprietárias dos imóveis (controlada indireta CSA e Encorpar Empreendimentos Imobiliários – em Recuperação Judicial). Nesta operação, a controlada indireta CSA reconheceu um ganho de R\$25.848, que não estão refletidos nessas demonstrações contábeis intermediárias. Em novembro de 2024, as controladas indiretas CSA e CTS repactuaram dívidas dos empréstimos no montante de R\$8.124, considerando vencimento até novembro de 2029. A amortização do principal a partir de dezembro de 2025. O empréstimo é garantido por aval e penhora de imóveis.

Banco Bradesco - Em março de 2024, a Companhia realizou um acordo extrajudicial com o Município de Blumenau e Banco Bradesco, através de desapropriação de imóvel com recebimento de R\$21.978, a ser realizado da seguinte forma:

a) Justiça do Trabalho de Blumenau no montante total de R\$11.257, recebimento em 20 parcelas mensais iguais atualizadas pela variação positiva da taxa SELIC (taxa básica de juros da economia) para abatimento de dívidas trabalhistas da controlada indireta CSA no Município.

b) Banco Bradesco no montante total de R\$1.965, recebimento em 4 parcelas mensais iguais atualizadas pela variação positiva da taxa SELIC que abaterá parcelas atrasadas do empréstimo da controlada SGPSA com a FINEP (operação afiançada pelo Banco Bradesco).

c) controlada indireta CSA no montante total de R\$8.756, recebimento em 16 parcelas mensais iguais

atualizadas pela variação positiva da taxa SELIC. Os valores a receber pela controlada indireta CSA serão destinados a um fundo de reservas para quitação do empréstimo da controlada SGPSA com a FINEP.

Banco Daycoval – Em abril de 2024, a controlada indireta CSA repactuou dívidas dos empréstimos NCE no montante de R\$21.084, considerando taxa de juros anual de 9,25% + CDI e vencimento para outubro de 2026. Em abril de 2024, a controlada indireta CSA repactuou empréstimo CCB no montante de R\$2.689, considerando taxa de juros anual de 19,14% + CDI e vencimento para outubro de 2025. Os empréstimos são garantidos por: (i) avais do controlador; e (ii) alienação fiduciária de bens imóveis.

Banco Daycoval – Em abril de 2024, a controlada indireta CSA repactuou dívidas dos empréstimos NCE no montante de R\$21.084, considerando taxa de juros anual de 9,25% + CDI e vencimento para outubro de 2026. Em abril de 2024, a controlada indireta CSA repactuou empréstimo CCB no montante de R\$2.689, considerando taxa de juros anual de 19,14% + CDI e vencimento para outubro de 2025. Em setembro de 2024, a controlada indireta CSA repactuou dívidas dos empréstimos no montante de R\$26.074, considerando taxa de juros anual de 1,5% + CDI e vencimento para abril de 2026. Os empréstimos são garantidos por: (i) avais do controlador; e (ii) alienação fiduciária de bens imóveis.

Banco Industrial do Brasil – Em 06 de maio de 2024, a Companhia e algumas empresas do grupo (Encorpar Empreendimentos Imobiliários – em Recuperação Judicial e Seda S.A.), proprietárias dos imóveis, entregaram esses imóveis em Dação de pagamento para quitação de empréstimos com o Banco, no valor total de R\$64.340 (R\$ 29.831 em empréstimos da Companhia). Nesta operação a Companhia obteve uma perda no montante de R\$26.227 referente ao imóvel de sua propriedade, que não estão refletidos nessas demonstrações contábeis intermediárias. Os empréstimos são garantidos por: (i) avais do controlador (ii) cessão fiduciária de duplicatas das controladas indiretas CSA e CTS.

Banco Fibra – Em junho de 2024, a Companhia, as controladas indiretas CSA e CTS repactuaram dívidas dos empréstimos no montante de R\$ 44.973, considerando taxa de juros anual de 3% +CDI durante 24 meses e após, taxa de juros anual de 6,75% +CDI e vencimento para junho de 2029. A amortização anual do principal a partir de 2025. Em agosto de 2024, a Companhia captou novo empréstimo no montante de R\$12.000, considerando taxa de juros anual de 3%+CDI durante 24 meses e após, taxa de juros anual de 6,75%+CDI e vencimento para junho de 2029. A amortização semestral do principal a partir de 2026. Os empréstimos são garantidos por: (i) avais do controlador, da controlada indireta CSA e da Companhia (ii) cessão fiduciária de duplicatas, direitos creditórios e cédula de produto rural (iii) alienação fiduciária de bens imóveis.

As repactuações apresentadas acima não estão refletidas nas apresentações do balanço e notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

c) Debentures - AMMO

Em dezembro de 2023, pelo não cumprimento de certas cláusulas contratuais não pecuniárias, o debenturista Odernes enviou correspondência para a sua controlada indireta AMMO, e para a controlada indireta CSA notificando ambas de que foi verificada a quebra de cláusula contratual e que poderia pedir o vencimento antecipado das debêntures, mas não o fez.

Em fevereiro de 2024 foram assinados aditivos aos contratos de garantias e à escritura das debêntures emitidas pela controlada indireta AMMO, prestando garantias adicionais e, em contrapartida às garantias adicionais, foi concedido um prazo adicional de 1 ano para juntos, debenturista, controlada indireta AMMO Varejo e a controlada indireta CSA, encontrarem uma solução para a liquidação das debêntures.

Em 8 de maio de 2024, a controlada SGPSA e a controlada indireta AMMO divulgaram fato relevante sobre notificação enviada pelo debenturista Odernes, alegando o vencimento antecipado, e a consequente excussão das garantias exigindo a consolidação da propriedade das ações de emissão da controlada indireta AMMO.

A controlada indireta CSA, por sua vez, contranotificou o debenturista informando não terem se configurado o vencimento antecipado da dívida representada pelas Debêntures, muito menos a possibilidade de serem excutidas as ações da AMMO ou a transferência de tais ações para qualquer outra empresa.

Neste contexto, com o objetivo de garantir a preservação das atividades empresariais e de ativos das Companhias e suas controladas, que ficariam sujeitas a dano irreparável, a controlada indireta CSA juntamente com outras empresas do grupo, em 6 de maio de 2024, requereram Recuperação Judicial e obtiveram deferimento, em sede liminar, de seus pedidos.

Em 17 de julho de 2024, foi assinado acordo entre o debenturista e a controlada indireta AMMO, e outras empresas do Grupo para prorrogar o vencimento das debêntures e extinguir disputa entre as partes. No referido acordo, além de garantias adicionais, inclusive a marca Mmartan, foram pactuados pagamentos trimestrais a partir de dezembro de 2025 de parcelas fixas de R\$3.750 até dezembro de 2029, e pagamento do saldo devedor até dezembro de 2029. Desde que cumpridas certas condições acordadas, sobre o principal não haverá incidência de juros e também se atingindo o pagamento de US\$34.541 mil até dezembro de 2029 o saldo devedor remanescente da dívida será extinto a título de bônus de adimplência e ocorrerá o conseqüente cancelamento das debêntures

d) Outros eventos subsequentes

Grupamento de ações - Em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Companhia, realizada em 12 de julho de 2024, foi aprovado o grupamento da totalidade de ações de emissão da Companhia na proporção de 5 ações para 1 ação da mesma espécie sem modificação do valor de seu capital social.



Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS
(em recuperação judicial)
CNPJ/MF Nº 22.677.520/0001-76
NIRE 3130003731-2
Companhia Aberta

Nos termos do artigo 25, v, da Instrução CVM 480/09, segue declaração da diretoria sobre o parecer dos auditores independentes

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES
INDEPENDENTES**

A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o conteúdo e opinião expressos no parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício de 2023, emitido nesta data, em atendimento ao inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

Montes Claros, 13 de fevereiro de 2025.

Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS

Josué Christiano Gomes da Silva
Diretor Presidente

Barbara Gomes da Silva
Diretora

Josué Christiano Gomes da Silva
Diretor de Relações com Investidores



Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS
(em recuperação judicial)
CNPJ/MF Nº 22.677.520/0001-76
NIRE 3130003731-2
Companhia Aberta

Nos termos do artigo 25, vi, da Instrução CVM 480/09, segue declaração da diretoria sobre as demonstrações financeiras.

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2023, autorizando sua conclusão nesta data, em atendimento ao inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

Montes Claros, 13 de fevereiro de 2025.

Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS

Josué Christiano Gomes da Silva
Diretor Presidente

Barbara Gomes da Silva
Diretora

Josué Christiano Gomes da Silva
Diretor de Relações com Investidores